

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	68
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	69
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	70
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	72
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	14.482.387	12.518.708
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.689.925	988.601
1.01.01	Caixa	239.954	196.602
1.01.01.01	Caixa	239.954	196.602
1.01.02	Aplicações de Liquidez	2.449.971	791.999
1.01.02.01	Revendas a Liquidar - Posição Bancada	2.449.971	791.999
1.02	Ativos Financeiros	11.435.094	11.179.278
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	278.051	279.260
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	278.051	279.260
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	11.157.043	10.900.018
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	742.293	788.594
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.236.158	1.133.007
1.02.04.04	Operações de Crédito	8.582.651	8.284.175
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-218.052	-203.329
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	813.993	897.571
1.03	Tributos	167.358	158.937
1.03.03	Outros	167.358	158.937
1.03.03.01	Créditos Tributários	167.358	158.937
1.04	Outros Ativos	10.781	9.705
1.04.03	Outros	10.781	9.705
1.04.03.01	Outros Ativos	12.581	11.505
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800
1.05	Investimentos	32	32
1.05.05	Outros Investimentos	32	32
1.05.05.01	Outros Investimentos	32	32
1.06	Imobilizado	59.010	60.758
1.06.01	Imobilizado de Uso	215.119	213.599
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	215.119	213.599
1.06.03	Depreciação Acumulada	-156.109	-152.841
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-156.109	-152.841
1.07	Intangível	120.187	121.397
1.07.01	Intangíveis	199.816	193.364
1.07.01.01	Intangíveis	199.816	193.364
1.07.03	Amortização Acumulada	-79.629	-71.967
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-79.629	-71.967

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	14.482.387	12.518.708
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	12.508.278	10.595.809
2.02.01	Depósitos	12.229.374	10.304.800
2.02.01.01	Depósitos a Vista	1.394.442	1.608.265
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	9.437.658	7.241.218
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	1.397.274	1.455.317
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	78.055	102.312
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	78.055	102.312
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	200.849	188.697
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	101.575	72.154
2.02.03.02	Relações Interdependência	3.072	3.250
2.02.03.03	Emissão de Títulos	4.495	11.923
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	53.394	63.230
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	38.313	38.140
2.03	Provisões	147.781	146.202
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	87.553	85.962
2.03.02	Provisão para Contingências	60.228	60.240
2.05	Outros Passivos	153.952	137.999
2.05.01	Outras Obrigações	153.952	137.999
2.07	Patrimônio Líquido	1.672.376	1.638.698
2.07.01	Capital Social Realizado	1.473.121	1.473.121
2.07.04	Reservas de Lucros	165.577	165.577
2.07.04.01	Reserva Legal	12.064	12.064
2.07.04.02	Reserva Estatutária	137.533	137.533
2.07.04.08	Dividendo Adicional Proposto	15.980	15.980
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	33.678	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	559.233	400.492
3.01.01	Operações de Crédito	456.076	379.363
3.01.02	Resultado de Aplicações Interfinanceiras e Operações com TVM	97.173	17.959
3.01.03	Resultado de Operações de Cambio	0	1.271
3.01.04	Resultado de Aplicações Compulsórias	5.984	1.899
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-231.502	-41.668
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-220.727	-39.926
3.02.02	Despesas de Empréstimos e Repasses	-1.852	-1.742
3.02.03	Resultado de Operações de câmbio	-8.923	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	327.731	358.824
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-253.099	-248.835
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	-45.127	-45.017
3.04.01.01	Provisão p/ Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	-45.127	-45.017
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	39.380	33.050
3.04.02.01	Receitas de Prestação de Serviços	39.380	33.050
3.04.03	Despesas com Pessoal	-123.495	-109.009
3.04.03.01	Despesas com Pessoal	-123.495	-109.009
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-116.228	-108.411
3.04.04.01	Outras Despesas Administrativas	-116.228	-108.411
3.04.05	Despesas Tributárias	-20.081	-20.471
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-20.081	-20.471
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	24.208	9.271
3.04.06.01	Outras Receitas Operacionais	24.208	9.271
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-11.756	-8.248
3.04.07.01	Outras Despesas Operacionais	-11.756	-8.248
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	74.632	109.989
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-34.340	-42.321
3.06.01	Corrente	-42.620	-59.619
3.06.01.01	Provisão para Imposto de Renda	-23.357	-32.676
3.06.01.02	Provisão para Contribuição Social	-19.263	-26.943
3.06.02	Diferido	8.280	17.298
3.06.02.01	Ativo Diferido	8.280	17.298
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	40.292	67.668
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	40.292	67.668
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-6.614	-8.602
3.10.01	Empregados	-6.552	-8.524
3.10.02	Administradores	-62	-78
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	33.678	59.066
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	3,537	6,203
3.99.01	Lucro Básico por Ação	3,537	6,203
3.99.01.01	ON	3,53699	6,20333

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	33.678	59.066
4.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	33.678	59.066
4.04	Resultado Abrangente do Período	33.678	59.066

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.708.842	1.128.091
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	131.309	168.452
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	74.632	110.026
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	56.677	58.426
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.577.533	959.639
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	46.302	27.803
6.01.02.02	Titulos e Valores Mobiliários	-103.503	-4.187
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	125.299	170.926
6.01.02.04	Operações de Crédito	-329.614	-424.884
6.01.02.05	Outros Créditos	-19.690	-20.023
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	-1.076	-6.934
6.01.02.07	Outras Obrigações	3.661	31.108
6.01.02.08	Depósitos	1.924.574	1.343.650
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	-24.257	-131.536
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipoteca, Créd. e Similares	-7.428	-746
6.01.02.11	Obrigações por Repasse no País	119	2.067
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos	-9.782	6.100
6.01.02.13	Impostos e Contribuições Pagos	-27.072	-33.705
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.743	-915
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.531	-1.987
6.02.03	Aplicação no Intangível	-6.538	-2.288
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliarios mantidos até o vencimento	3.326	3.360
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-2.775	-314
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.701.324	1.126.862
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	988.601	1.269.585
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.689.925	2.396.447

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.473.121	0	165.577	0	0	0	1.638.698
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.473.121	0	165.577	0	0	0	1.638.698
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	33.678	0	33.678
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	33.678	0	33.678
5.07	Saldos Finais	1.473.121	0	165.577	0	33.678	0	1.672.376

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	59.066	0	59.066
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	59.066	0	59.066
5.07	Saldos Finais	1.300.664	0	183.914	0	59.066	0	1.543.644

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	568.770	397.799
7.01.01	Intermediação Financeira	550.310	400.492
7.01.02	Prestação de Serviços	39.380	33.050
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-45.127	-45.017
7.01.04	Outras	24.207	9.274
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-222.579	-41.668
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-108.468	-97.659
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-6.334	-6.066
7.03.02	Serviços de Terceiros	-91.086	-84.044
7.03.04	Outros	-11.048	-7.549
7.04	Valor Adicionado Bruto	237.723	258.472
7.05	Retenções	-11.016	-11.142
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.016	-11.142
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	226.707	247.330
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	226.707	247.330
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	226.707	247.330
7.09.01	Pessoal	113.220	102.883
7.09.01.01	Remuneração Direta	83.292	76.056
7.09.01.02	Benefícios	24.152	21.802
7.09.01.03	F.G.T.S.	5.776	5.025
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	71.311	77.562
7.09.02.01	Federais	68.526	75.162
7.09.02.03	Municipais	2.785	2.400
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	8.498	7.819
7.09.03.01	Aluguéis	8.498	7.819
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	33.678	59.066
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.678	59.066

BPAR

B3 LISTED

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1T2022



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

CNPJ/MF N° 04.913.711/0001-08

NIRE 15300000114

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. – BANPARÁ
RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 1º TRIMESTRE DE 2022

O Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, sociedade anônima de capital aberto, com ações ordinárias sob o código BPAR3, anuncia seus resultados para o 1º trimestre de 2022. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banco, no endereço eletrônico ri.banpara.b.br.

**Lucro Líquido – mil****R\$ 33.678****Operações de Crédito - mil****R\$ 8.733.994****Patrimônio Líquido - mil****R\$ 1.672.376****Ativo Total – mil****R\$ 14.482.387****ROE****13,34%****ROA****1,65%**

Comentário do Desempenho

	1T2022	4T2021	V3M	1T2021	V12M
Inadimplência (% da Carteira) (7)	1,58%	1,63%	-3,07%	1,59%	-0,63%
Índice de Basileia	18,59%	18,45%	0,76%	20,84%	-10,80%
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA) (8)	1,65%	1,94%	-14,95%	2,28%	-27,63%
Rentabilidade sobre Patrim. Líq. (ROE) (9)	13,34%	15,24%	-12,47%	16,68%	-20,02%
Índice de Eficiência	68,34%	65,56%	4,24%	59,66%	14,55%
Índice de Provisão (10)	2,45%	2,38%	2,94%	2,87%	-14,63%
Índice de Cobertura (11)	28,74%	28,31%	1,52%	30,98%	-7,23%

	1T2022	4T2021	V3M	1T2021	V12M
Ativos Totais	14.482.387	12.518.708	15,69%	11.942.103	21,27%
Op. de Crédito (Cart. de Crédito)	8.733.994	8.424.012	3,68%	6.727.543	29,82%
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	3.192.264	1.580.593	101,97%	2.918.687	9,37%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.236.158	1.133.007	9,10%	1.041.481	18,69%
Captações Totais	12.311.924	10.419.035	18,17%	10.004.970	23,06%
Patrimônio Líquido	1.672.376	1.638.698	2,06%	1.543.644	8,34%

	1T2022	4T2021	V3M	1T2021	V12M
Receitas Totais	622.820	578.679	7,63%	442.815	40,65%
Resultado Bruto da Intermedi. Financeira	282.604	311.859	-9,38%	313.807	-9,94%
Resultado Operacional	75.016	82.161	-8,70%	110.634	-32,19%
Margem Financeira (1)	327.731	364.142	-10,00%	358.825	-8,67%
EBITDA (2) (LAJIDA)	86.032	92.734	-7,23%	121.776	-29,35%
Lucro Líquido	33.678	49.161	-31,49%	59.066	-42,98%
Receita de Serviços (3)	39.380	39.208	0,44%	33.050	19,15%
Despesas com Provisões (PCLD)	45.127	52.283	-13,69%	45.017	0,24%
Despesas Administrativas (4)	116.228	118.314	-1,76%	108.411	7,21%
Margem Líquida (5)	10,09%	12,16%	-17,02%	14,39%	-29,88%
Margem EBITDA (6)	13,81%	16,03%	-13,80%	27,50%	-49,77%

Comentário do Desempenho

- (1) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
- (2) Resultado Operacional – Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.
- (3) Prestação de Serviços + Tarifas Bancárias.
- (4) Despesas Administrativas + Outras Despesas Administrativas.
- (5) Lucro Líquido / Receita Total.
- (6) EBITDA / Receita Total.
- (7) Saldo Devedor Inadimplente do Contrato / Carteira de Crédito.
- (8) Lucro Líquido / Ativo Total (taxa anualizada).
- (9) Lucro Líquido / Patrimônio Líquido (taxa anualizada).
- (10) Provisão Constituída / Carteira de Crédito.
- (11) Receitas de Serviços + Rendas de Tarifas Bancárias / Despesas Administrativas.

Contato de Relações com Investidores

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores
Contato +55 91 3348-2879
ri_banpara@banparanet.com.br

ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA



Mensagem da Administração

Senhores Acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao 1º trimestre de 2022, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen e Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.b.br, na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.



Banpará

Comentário do Desempenho

Principais Indicadores Macroeconômicos

	1T2022	1T2021	1T2020
IPCA (acumulado em 12 meses)	11,30%	6,10%	3,30%
INPC (acumulado em 12 meses)	11,73%	6,94%	3,31%
Taxa Selic Over (a.a) – efetiva	11,15%	2,23%	3,95%
CDI Overnight (a.a) – efetiva	11,15%	2,23%	3,95%
Taxa de Juros TJLP (a.a) - efetiva	6,08%	4,39%	5,09%

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Ambiente Econômico

O cenário econômico internacional apresentou perspectivas menos otimistas em relação ao crescimento do PIB global em 2022, se comparado ao ano de 2021 quando a economia mundial cresceu 6,10%. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estimou em seu último relatório *World Economic Outlook* (WEO), publicado em abril de 2022, que a economia global crescerá 3,60% em 2022 e 2023. Nessa projeção, o FMI reviu em -0,80 ponto percentual (p.p) sua projeção para 2022 e em -0,20 p.p a estimativa para 2023, em relação ao relatório anterior. Esse resultado reflete, principalmente, choques provocados pela guerra na Ucrânia.

O WEO também mostra que a expectativa do FMI para as economias avançadas é de 3,30% para 2022 e de 2,40% para 2023. Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a estimativa é de 3,80% em 2022 e 4,40% em 2023. Já para a Ásia Emergente a projeção de aumento é de 5,40% para 2022 e 5,60% para 2023.

No cenário nacional, dados das Contas Nacionais divulgados em março de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o PIB da economia brasileira fechou o ano de 2021 com crescimento de 4,60% em relação ao ano de 2020, destaque para as atividades de Indústria e Serviços, que apresentaram aumento de 4,50% e 4,70%, respectivamente. Já a Agropecuária apresentou valor adicionado de -0,20%, que de acordo com o IBGE, esse resultado é decorrente do fraco desempenho de algumas culturas da lavoura e da pecuária, impactadas, principalmente, pelas condições climáticas adversas (estiagem prolongada e geadas).

A expectativa do Banco Central do Brasil (Bacen) publicada no Relatório de Inflação de março de 2022 para o crescimento do PIB da economia brasileira em 2022 é de 1,00%, mesma estimativa apresentada na edição anterior desse relatório. De acordo com o Bacen essa estimativa reflete incerteza maior do que a usual, especialmente em virtude da rápida alteração no cenário global com o início da guerra na Ucrânia.

Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou no mês de março de 2022 variação de 1,62% e ficou 0,61 ponto percentual (p.p.) acima da taxa registrada no mês anterior (1,01%), esse é o maior resultado para um mês de março desde 1994, antes da implantação do Real. Entre os destaques com maior variação estão os grupos de “Transporte” e “Alimentação e Bebidas”, que apresentaram no mês de março alta de 3,02% e 2,42%, respectivamente. Juntos, os dois grupos contribuíram

Comentário do Desempenho

com 72,00% do IPCA de março de 2022. O acumulado dos últimos 12 meses foi 11,30%, contra os 10,54% nos 12 meses imediatamente anteriores. De acordo com a Pesquisa Focus realizada pelo Bacen, a previsão do mercado para a inflação apresentou aumento na mediana das projeções para a variação anual do IPCA em 2022, passando de 5,65% em 4 de março de 2022 para 6,86% em 25 de março de 2022. A estimativa para 2023 apresentou aumento da mediana de 3,51% para 3,80% para o mesmo período.

No cenário regional, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará em 2022 mostrou-se menos otimista no início desse ano. A Fundação reviu em março sua projeção para o crescimento real do PIB paraense em 2022 para 2,56%, ante projeção anterior de 3,53% de julho de 2021. Já para 2023 a estimativa de crescimento da economia paraense é de 3,17%.

O índice de atividade econômica regional do Pará (IBCR-PA) de janeiro de 2022 apresentou variação de -3,61% em relação a janeiro de 2021 (série dessazonalizada). Já a indústria paraense apresentou resultado positivo, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE de fevereiro de 2022, a produção industrial do Estado apresentou avanço de 23,85%, em relação ao mês anterior (série com ajuste sazonal), esse resultado garantiu ao Pará a primeira posição entre os 15 Estados pesquisados.

Quanto ao comércio local, dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE em abril de 2022, referente ao mês de fevereiro de 2022, mostram que o volume de vendas do comércio varejista da economia paraense apresentou crescimento de 2,50% em comparação com o mês de janeiro de 2022. Considerando o comércio varejista ampliado, que contempla além das atividades que compõem o indicador do comércio varejista as atividades de material de construção e veículos, motocicletas, partes e peças, o Pará apresentou crescimento de 3,00% nessa mesma base de comparação.

No tocante à inflação, dados do IBGE de março de 2022 mostram que o IPCA apurado na região metropolitana de Belém no acumulado dos últimos 12 meses foi 9,10%. No mês de março esse índice apurado no Estado apresentou variação de 1,47%, destaque para o grupo de “Alimentação e Bebidas”, que apresentou variação de 2,95% nesse mesmo período.

No âmbito da gestão fiscal, o Pará apresenta bom conceito junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2021 do Tesouro Nacional publicado em outubro de 2021, o Estado apresenta a nota “B” da CAPAG (Classificação da Capacidade de Pagamento).

Comentário do Desempenho

Análise das Operações

Ativos

Total de Ativos por Tipo - R\$ mil

	1T2022	4T2021	V3M	1T2021	V12M
Disponibilidades	239.954	196.602	22,05%	181.458	32,24%
Aplicações Financeiras	3.192.264	1.580.593	101,97%	2.918.687	9,37%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.236.158	1.133.007	9,10%	1.041.481	18,69%
Relações Interfinanceiras	583.417	679.472	-14,14%	470.661	23,96%
Operações de Créditos	8.373.770	8.087.699	3,54%	6.477.108	29,28%
Outros Créditos	666.814	649.443	2,67%	646.481	3,15%
Outros Valores e Bens	10.781	9.705	11,09%	13.687	-21,24%
Permanente	179.229	182.187	-1,62%	192.540	-6,91%
Total	14.482.387	12.518.708	15,69%	11.942.103	21,27%

O Banpará encerrou o 1º trimestre de 2022 com Ativo Total no montante de R\$ 14.482 milhões, crescimento de 15,69% com relação ao 4º trimestre de 2021 e crescimento de 21,27% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação justifica-se, principalmente, pelo aumento das aplicações financeiras no mercado interbancário, consequência do aumento do nível de liquidez do Banco.

Aplicações Financeiras - R\$ mil

	1T2022	4T2021	V3M	1T2021	V12M
Interfinanceiro de Liquidez	3.192.264	1.580.593	101,97%	2.918.687	9,37%
TVM	1.236.158	1.133.007	9,10%	1.041.481	18,69%
Cotas de Fundo	2.531	2.573	-1,65%	1.848	36,94%
Renda Fixa	1.130.371	987.658	14,45%	970.529	16,47%
Compromissadas	2.449.972	791.998	209,34%	2.214.990	10,61%
Compulsório Total	480.692	600.268	-19,92%	389.797	23,00%

A variação de 101,97% nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no fechamento do 1º trimestre de 2022 em relação ao 4º trimestre de 2021 deve-se, principalmente, às aplicações em Operações Compromissadas, as quais variaram em 209,34% devido ao aumento na liquidez da instituição. Quanto às aplicações em Renda Fixa, o aumento de 14,45% justifica-se principalmente pelo incremento no estoque de títulos públicos próprios.

Outro ponto de destaque foram as aplicações em Cotas de Fundo, as quais tiveram valorização de 36,94% quando comparado 2022 contra 2021, decorrente de avaliação independente, contratada pelo Administrador do Fundo que reavaliou a Valor Justo as cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP.

A variação no Compulsório Total entre o período do 1º trimestre de 2022 e do 4º trimestre de 2021 foi 19,92% menor em março 2022 se comparado com dezembro 2021, ocasionada principalmente pela alteração no saldo da Reserva Bancária Banpará. Este fato ocorreu devido ao cumprimento de normativo que rege o compulsório de depósitos à vista, o qual

Comentário do Desempenho

determina que a média do saldo da reserva não pode ser inferior à 100,00% da exigibilidade para o período de cálculo, bem como a gestão do fluxo de caixa da Reserva do Banco, por meio da negociação de recursos tomados ou doados no Mercado Financeiro.

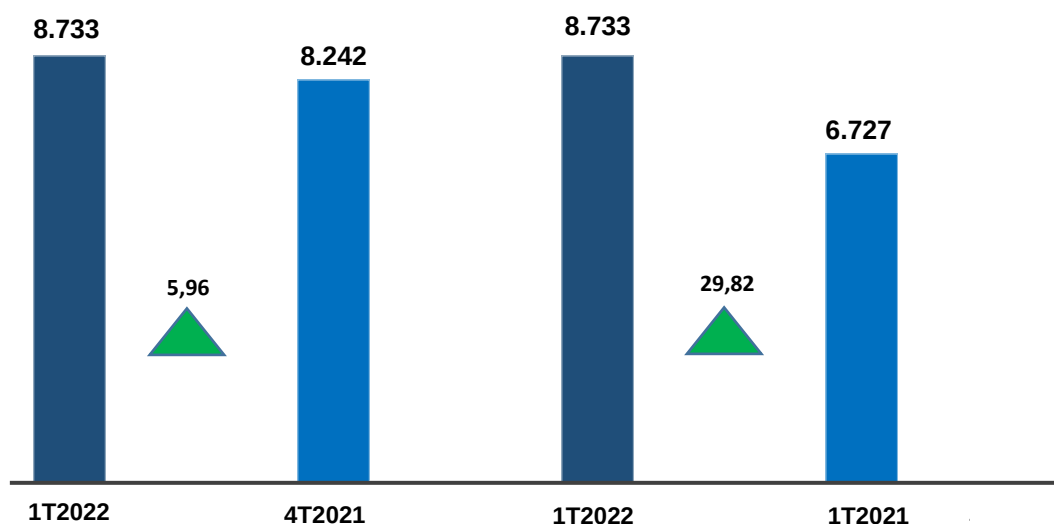
Captação por Linha de Produtos - R\$ mil

	1T2022	4T2021	V3M	1T2021	V12M
Depósitos à Vista	1.394.442	1.608.265	-13,30%	1.183.406	17,83%
Poupança	1.397.274	1.455.317	-3,99%	1.367.085	2,21%
Depósito a Prazo	9.437.658	7.240.146	30,35%	7.029.768	34,25%
Depósito Interfinanceiro	-	-	0,00%	240.211	-100,00%
Letra Financeira	4.495	11.923	-62,30%	148.999	-96,98%
Compromissadas	78.055	102.312	-23,71%	35.501	119,87%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	91.707	101.370	-9,53%	21.550	325,56%
Total	12.403.631	10.519.334	17,91%	10.026.520	23,71%

As captações mantiveram os níveis de liquidez do Banco em patamares adequados frente a estratégia de expansão dos negócios. As captações cresceram 23,71% 2022 contra 2021, com destaque para as captações via Depósito à Vista e Depósito a Prazo, cujos saldos cresceram 17,83% e 34,25%, respectivamente, refletindo o perfil conservador dos clientes do Banco.

As captações institucionais, via Depósito Interfinanceiro e Letra Financeira, obtiveram recuo respectivos de 100,00% e 96,98%, compensado pelo considerável aumento no saldo de depósito a prazo. Quanto ao recuo nas obrigações por Operações Compromissadas comparado ao fechamento de 4º trimestre de 2021, justifica-se pela alta liquidez da Instituição.

Créditos – R\$ Milhões



As operações totais de crédito alcançaram R\$ 8,733 milhões, incremento de 5,96% quando comparado com o 4º trimestre de 2021 e 29,82% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, ambos, reflexo do aumento dos créditos liberados por meio de empréstimos, com destaque para o Consignado.

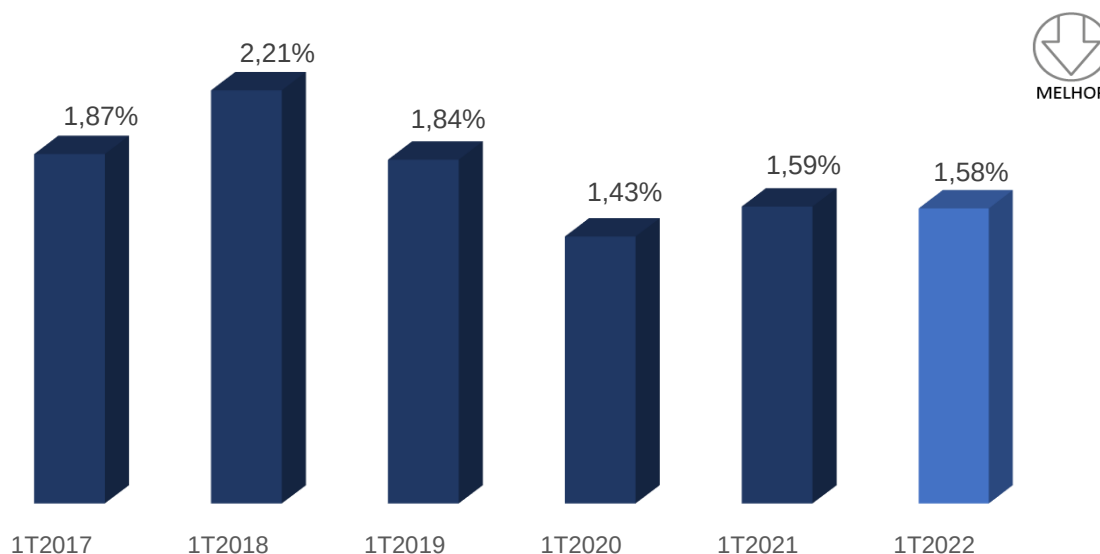
Comentário do Desempenho

Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco

	R\$ milhões			% Carteira		
	1T2022	4T2021	V3M	1T2022	4T2021	V3M
AA	4.286	4.407	-2,74%	49,07%	52,31%	-6,19%
A	3.866	3.509	10,16%	44,26%	41,66%	6,25%
B	150	132	13,81%	1,71%	1,56%	9,77%
C	118	85	38,98%	1,35%	1,01%	34,04%
D-H	315	291	7,93%	3,60%	3,46%	4,10%
Total	8.734	8.424	3,68%	100,00%	100,00%	0,00%

O Banpará mantém 96,39% nas classes de risco AA – C. O aumento da participação de outros níveis de risco no 1º trimestre de 2022 em relação ao 4º trimestre de 2021 reflete, em especial, a rolagem da carteira por *rating* afetada pelo aumento do crédito em atraso e, consequentemente, na majoração da probabilidade de inadimplência dos clientes.

Índices de Inadimplência – Acima de 90 dias



O atraso de 91 a 360 dias atingiu o saldo de R\$ 138,14 milhões e passou a representar 1,58% do crédito total, registrando aumento de 29,21% em relação ao volume e se mantendo estável quanto a representatividade sobre o ativo de crédito, no período de 12 meses.

Análise dos Resultados

Comentário do Desempenho

Receitas

Abertura das Receitas - R\$ mil

	1T2022	4T2021	V3M	1T2021	V12M
Operações de Créditos	456.076	443.494	2,84%	379.363	20,22%
Resultado das Aplicações Interfinanceiras e Operações com TVM	97.173	69.009	40,81%	17.959	441,08%
Resultado das Aplicações Compulsórias	5.984	4.638	29,00%	1.899	215,05%
Resultado de Operações de Câmbio	-	1.792	-100,00%	1.271	-100,00%
Receita de Serviços	39.380	39.208	0,44%	33.050	19,15%
Outras Receitas Operacionais	23.388	15.598	49,94%	8.336	180,57%
Receitas não operacionais	819	4.940	-83,42%	938	-12,64%
Total	622.820	578.679	7,63%	442.815	40,65%

As receitas do Banpará no 1º trimestre de 2022 tiveram um aumento de 7,63% quando comparado com o 4º trimestre de 2021 e de 40,65% quando comparado com o mesmo período de 2021, em virtude da expansão das receitas com operações de crédito, resultante dos empréstimos, com destaque para o produto Consignado, resultado positivo com aplicações financeiras e TVM's, dada a alta liquidez do Banco, bem como em decorrência da variação cambial que ensejou o aumento na linha de outras receitas operacionais.

Custos e Despesas da Intermediação Financeira

Despesas com Intermediação Financeira - R\$ mil

	1T2022	4T2021	V3M	1T2021	V12M
Operações de Captação no Mercado	220.727	152.778	44,48%	39.926	452,84%
Resultado de Operações de Câmbio	8.923	-	100,00%	-	100,00%
Operações de Empréstimos e Repasses	1.852	2.014	-8,02%	1.742	215,77%
Provisão para Operações de Crédito	45.127	52.283	-13,69%	45.017	0,24%
Total	276.629	207.075	33,59%	86.685	219,12%

O Banpará apresentou um aumento nas despesas com intermediação financeira de 33,59% no 1º trimestre de 2022 em comparação ao 4º trimestre de 2021 e de 219,12% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado, principalmente, pelo aumento das despesas de captação em decorrência da taxa SELIC e pelas despesas com operações de câmbio em decorrências da variação das taxas cambiais.

Despesa com Pessoal - R\$ mil

	1T2022	4T2021	V3M	1T2021	V12M
Proventos	75.512	82.255	-8,20%	66.387	13,74%
Benefícios	20.263	25.393	-20,20%	17.992	12,62%
Encargos Sociais	26.234	28.708	-8,62%	23.154	13,30%
Treinamentos e Outros	1.486	1.826	-18,59%	1.476	0,69%
Total	123.495	138.183	-10,63%	109.009	13,29%

As Despesas com Pessoal, comparando o 1º trimestre de 2022 com o 4º trimestre de 2021 reduziram em 10,63%, destaque para as despesas com ações trabalhistas, provisões de

Comentário do Desempenho

férias e 13º salário e seus respectivos encargos sociais. Em comparação ao mesmo período do ano anterior, as despesas com pessoal no 1º trimestre de 2022 aumentaram em 13,29% em decorrência do reajuste salarial proveniente do acordo coletivo.

Outras Despesas Administrativas - R\$ mil

	1T2022	4T2021	V3M	1T2021	V12M
Serviços de Terceiros	31.398	28.510	10,13%	26.645	17,84%
Consumo, Manutenção e Materiais	18.097	19.388	-6,66%	20.888	-13,36%
Sistema de Processamento de Dados	31.154	32.315	-3,59%	26.014	19,76%
Alugueis	8.498	7.762	9,48%	7.819	8,69%
Depreciação e Amortização	11.016	10.573	4,19%	11.142	-1,14%
Propaganda e Publicidade	4.855	8.276	-41,33%	7.003	-30,67%
Transporte	9.152	8.712	5,05%	6.510	40,58%
Outras Despesas Administrativas	2.059	2.779	-25,91%	2.389	-13,81%
Total	116.228	118.314	-1,76%	108.411	7,21%

As despesas administrativas do 1º trimestre de 2022 se mantiveram estáveis, quando comparadas ao 4º trimestre de 2021, apresentando ligeira redução de 1,76%. Em comparação ao mesmo período do ano anterior, as despesas administrativas no 1º trimestre de 2022 aumentaram em 7,21%, com destaque para o aumento com as despesas com serviços de terceiros em virtude de reajustes contratuais e das despesas com sistemas de processamento de dados, que trouxeram mais tecnologia para os sistemas bancários.

Despesas Tributárias - R\$ mil

	1T2022	4T2021	V3M	1T2021	V12M
Contribuição ao PIS/PASEP	2.410	2.612	-7,74%	2.509	-3,95%
Contribuição ao Cofins	14.833	16.077	-7,74%	15.442	-3,95%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.969	1.961	0,38%	1.652	19,19%
Outras Despesas Tributárias	870	194	349,42%	868	0,19%
Total	20.081	20.844	-3,66%	20.471	-1,90%

As despesas tributárias apresentaram redução de 3,66% quando comparadas com o 4º trimestre de 2021 e de 1,90% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Apesar das receitas terem aumentado, o aumento das despesas de captação contribuiu para a redução dos impostos federais. Destaca-se o aumento de outras despesas tributárias em virtude do pagamento de licenças municipais que ocorrem no início do exercício social.

Comentário do Desempenho

Outras Despesas Operacionais - R\$ mil

	1T2022	4T2021	V3M	1T2021	V12M
Serviços Associados a Transações de Pagamento	705	705	0,00%	664	6,22%
Descontos Concedidos em Renegociações	286	244	17,11%	64	348,54%
Variação cambial e diferença de taxas	2.224	100	2124,13%	795	179,77%
Estorno de rendas	30	64	-52,62%	63	-52,22%
Provisões Passivas	4.267	3.506	21,72%	2.688	58,76%
Provisão para Outros Créditos	972	2.049	-52,58%	1.550	-37,30%
Ações Cíveis	626	153	308,57%	244	156,42%
FCVS - Ajuste Rap/Refin	103	-	100,00%	335	-69,28%
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	1.031	-	100,00%	0	100,00%
Outras	308	341	-9,86%	266	15,87%
Total	10.552	7.163	47,32%	6.667	165,71%

As outras despesas operacionais do 1º trimestre de 2022 tiveram aumento de 47,32% quando comparadas com o 4º trimestre de 2021 e de 165,71% quando comparadas com o mesmo período de 2021, apesar das provisões para outros créditos terem diminuído em decorrência da diminuição das ocorrências em pendências a regularizar em comparação ao final do ano de 2021, houve aumento nas provisões passivas contingenciais, na variação cambial em decorrências da variação do dólar e na despesa com ajustes de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores em decorrência do ajuste anual.

Rating

**STANDARD
& POOR'S**

(BB-/B)
Rating
Escala Global

(brAA+/brA-1+)
Rating
Escala Nacional

MOODY'S

(Ba2/NP)
Rating
Escala Global

(Aa3.br/BR-1)
Rating
Escala Nacional

As notas atribuídas ao Banpará pelas agências de classificação de risco refletem o desempenho operacional e a qualidade da Administração na Companhia.

A *Standard & Poor's*, em setembro de 2021, manteve o *rating* do Banco em escala global e nacional, destacando como pontos positivos o histórico de forte rentabilidade e geração interna de capital, posição sólida de liquidez, bem como a estrutura de *funding* (captação de recursos) de varejo diversificada, estável e de baixo custo. Conforme o relatório da agência, a perspectiva do *rating* do Banpará permanece estável e a baixa exposição às modalidades de crédito de maior risco contribuiu para um desempenho financeiro sólido, mesmo durante períodos de crise econômica. O Banco também possui uma posição de liquidez bastante confortável, dado histórico de grande volume de ativos líquidos. A

Comentário do Desempenho

perspectiva estável do *rating* de crédito de emissor de longo prazo do Banpará indica que os *ratings* não devem mudar nos próximos 12 meses.

A *Moody's Investors Service*, em outubro de 2021, apresentou relatório com perspectiva estável e bem consolidada em relação ao Banpará. Os *ratings* do Banco refletem os fundamentos financeiros sólidos, incluindo elevada capitalização, forte geração de lucros, bem como métricas de qualidade de ativos que se beneficiam, principalmente, da carteira de baixo risco de créditos consignados. O Banpará financia suas operações através de uma base granular de depósitos de baixo custo, um fator importante para sua rentabilidade elevada. Em junho de 2021, a carteira de crédito do Banpará alcançou R\$ 7,4 bilhões, um crescimento de 25,00% nos últimos 12 meses. Nos últimos anos, o Banpará tem buscado diversificar a carteira de crédito para pequenas e médias empresas (PMEs) locais e financiamento imobiliário. Apesar da queda da rentabilidade em 2020 e no 1º semestre de 2021, devido à expansão de agências e um maior custo de crédito em razão da Pandemia Covid-19, o índice de lucro líquido sobre ativos tangíveis se manteve forte, atingindo 1,90% no 1º semestre de 2021, acima da média de 1,50% do Sistema Financeiro no mesmo período.

O Banpará possui boa participação em crédito e depósito no Pará, boa qualidade de ativos como resultado da carteira de empréstimos consignados de baixo risco. A forte capitalização fornece confortável colchão para perdas enquanto o Banco explora novos negócios. Além disso, o Banpará não depende do serviço de correspondentes bancários para originação das operações, dada a extensa cobertura no Estado do Pará.

Os relatórios completos das agências de *rating* estão disponíveis no site de Relações com Investidores (ri.banpara.b.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

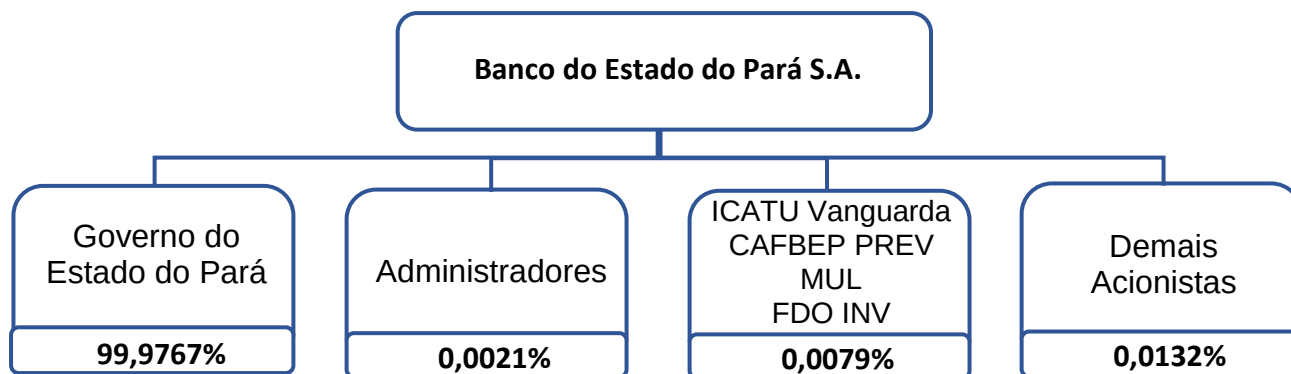
Composição Acionária

Acionista	Total	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	152	0,0016%
Outros	1.309	0,0137%
Total	9.521.649	100,0000%

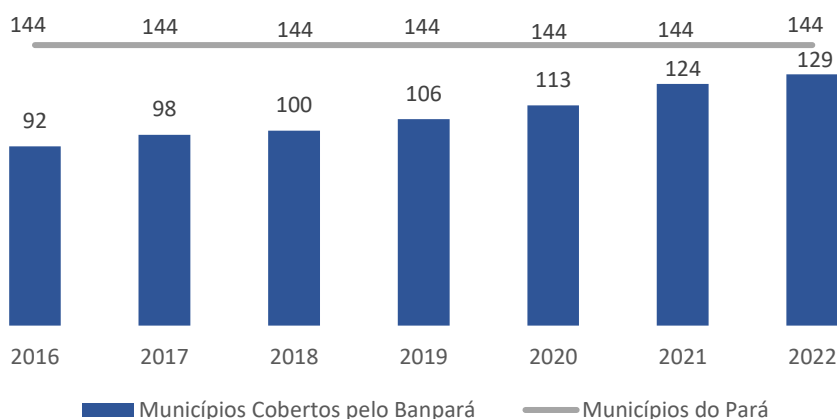
O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito ao voto. O quadro acima indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banpará.

Comentário do Desempenho

Organograma Societário



Cobertura Geográfica



Market Share

NÚMERO DE AGÊNCIAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA¹: 1T2022 E 1T2021

Região de Integração ¹	2022			2021		
	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará
Araguaia	15	42	35,71%	14	42	33,33%
Baixo Amazonas	13	43	30,23%	12	43	27,91%
Carajás	14	54	25,93%	12	52	21,82%
Guajará ²	18	131	13,74%	18	139	12,95%
Guamá	16	40	40,00%	13	39	33,33%
Lago de Tucuruí	6	24	25,00%	5	22	22,73%
Marajó	11	19	57,89%	10	20	50,00%
Rio Caetés	13	28	46,43%	12	29	41,38%
Rio Capim	14	43	32,56%	12	42	28,57%
Tapajós	6	14	42,86%	6	14	42,86%
Tocantins	12	42	28,57%	12	43	27,91%
Xingu	8	25	32,00%	8	28	28,57%
Total	146	505	28,91%	134	513	25,97%

¹ Trata-se de agrupamento territorial dos municípios do Pará adotado oficialmente pelo Governo do Estado para gerenciamento das suas políticas públicas.

² Deste agrupamento fazem parte 05 dos 07 municípios da Região Metropolitana de Belém. São eles: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.

Fonte: Bacen – Relação de Agências (base: Março/2022 e 2021).

Comentário do Desempenho

Market Share em Relação ao Mercado - % - No Estado: 2022, 2021 e 2020 (Valores em R\$ mil)

	2022 ¹		Market Share	2021		Market Share	2020		Market Share
	Banpará	Pará		Banpará	Pará		Banpará	Pará	
Depósitos a prazo	8.183.980	18.606.788	43,98%	7.029.768	16.880.383	41,64%	4.394.883	11.583.044	37,94%
Depósitos à vista	2.300.248	6.495.519	35,41%	1.183.406	5.690.545	20,80%	982.739	3.989.057	24,64%
Depósitos de poupança	1.424.877	13.913.343	10,24%	1.367.085	14.053.623	9,73%	1.097.371	11.105.316	9,88%
Operações de Crédito	8.405.662	40.101.427	20,96%	6.667.810	32.137.514	20,75%	5.753.493	26.744.927	21,51%

¹ Valores com base no mês de janeiro/2022.

Fonte: Bacen – ESTBAN referente a março de cada ano.

Investimento em Capital Humano

O Banpará de janeiro a março de 2022 disponibilizou 1.141 vagas de capacitação em cursos obrigatórios, Acompanhamento do Desenvolvimento da Liderança - ADL, workshop, cursos de Formação e Encontro, em temas diversos de interesse do Banco. Foram ao todo 365 horas de conteúdo distribuídos em 21 treinamentos.

Os cursos foram promovidos pela Universidade Corporativa Banpará - UniBanp que tem como principal objetivo a capacitação e o aperfeiçoamento do capital intelectual, com foco no alcance de resultados, em consonância com o Planejamento Estratégico do Banco.

Desde o início deste ano, a UniBanp em parceria com diversas áreas vem lançando treinamentos online para atender as necessidades do negócio. O ensino à distância (EAD) já experimentava um crescimento constante em nossos modelos de capacitação, mas, agora, tem sido uma prática comum considerando ainda o cenário pandêmico.

Dentre os temas disponibilizados neste trimestre, destacamos:

Conhecendo Libras, para os empregados de todas as Agências e Postos do Banco. Seu objetivo é difundir a Língua Brasileira de Sinais, a fim de que todas as pessoas possam estabelecer uma comunicação básica com todos os usuários da **Libras**, ou seja, os surdos, e que consigam aprender essa língua que é considerada oficial no Brasil, bem como atendimento ao Sarb FEBRABAN nº 004/2009.

Acompanhamento de Liderança - ADL: para os gerentes gerais e coordenadores de todas as Agências e Postos do Banco. O Acompanhamento tem como objetivo agregar valor na formação e desempenho profissional dos gestores, habilitando-os a compreender a importância dos temas propostos e a necessidade de compartilhar o conhecimento com suas equipes. Temas trabalhados (Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo – PLD/FT e Código de Ética e Conduta e Normativos Internos do Banpará).

Formação de Instrutores Internos: O curso objetivou orientar os 37 participantes sobre a importância do treinamento para o desenvolvimento de competências organizacionais e individuais; conscientizar sobre a necessidade de alinhar os programas e projetos de treinamento de acordo com as necessidades da organização; compartilhar técnicas e orientações para ministrar treinamentos de forma mais assertiva e apresentar diretrizes para tornar os programas e projetos de capacitação mais eficientes e eficazes.

Comentário do Desempenho

Dentre outros temas abordados, destacamos: Formação de Caixa Executivo (70 participantes), Principais Procedimentos de Cadastro PJ e PF (262 participantes), Relacionamento com os consumidores potencialmente vulneráveis (120 participantes), Análise de Crédito Voltada para o Agronegócio - PF e PJ (12 participantes) e o Workshop de Risco Socioambiental (9 participantes).

Através do Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará - PDEB, o Banco tem proporcionado aos seus funcionários incentivos para a educação continuada, com ressarcimentos de 50% a 80% em cursos de graduação e pós-graduação, beneficiando no 1º trimestre de 2022 um total de 80 empregados.

Gerenciamento de Riscos Financeiros e de Capital

O Banpará, no que diz respeito ao gerenciamento de risco financeiro e de capital e ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos, desenvolve suas atividades de acordo com as recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

Ressalta-se que a estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital do Banpará são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos.

Visando alcançar a amplitude devida e as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a área de gestão de risco financeiro disponibiliza aos Órgãos de Governança relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente, ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo esta resolução, o Risco de Mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

No Banpará, a área de Risco de Mercado e Liquidez e Gestão de Capital é responsável pela medição, monitoramento e controle das exposições aos riscos de mercado, identificação prévia dos riscos inerentes às novas atividades e produtos, análise tempestiva de suas adequações aos procedimentos e controles adotados. Além disso, o gerenciamento de risco de mercado também envolve um conjunto de áreas administrativas/estratégicas da Instituição, para as quais são reportadas posições e exposições em relatórios mensais ou extraordinários.

Risco de Liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as

Comentário do Desempenho

decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; como também a possibilidade da instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de Risco de Liquidez do Banpará é realizado com base em sua Política Institucional, onde são estabelecidas as diretrizes constituídas pelo Conselho de Administração, alinhadas à Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações, aos princípios do Acordo de Basileia e às melhores práticas adotadas pelo mercado financeiro.

O gerenciamento de risco de liquidez visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais e de estresse, contemplando avaliação diária das operações. São avaliados, ainda, por meio de cenários prospectivos aos riscos, eventuais impactos na condição de liquidez do Banpará.

Risco de Crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Banpará utiliza no processo de concessão de crédito para classificação do nível de risco de seus clientes, pessoa física e jurídica, a análise objetiva pautada em modelos internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pela área de Análise de Crédito Comercial e Especializado ou Comitês de Crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias.

O processo de concessão de crédito é estruturado levando-se em conta a premissa de que o risco de crédito se compõe do somatório do risco do cliente e risco da operação, adicionando-se, para pessoa jurídica, o risco do grupo econômico.

Na constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD, para cada operação são consideradas a avaliação e classificação do cliente/grupo econômico, a natureza e finalidade da operação, as características de garantias e a pontualidade nos pagamentos. O Banco classifica suas operações de crédito de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, que define níveis crescentes de risco, os quais são AA, A, B, C, D, E, F, G ou H.

O controle e acompanhamento ocorre por meio do monitoramento de indicadores de concentração, atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições por tomador, operação, segmentos da carteira e setor de atividade, entre outros, permitindo assim evidenciar situações de risco de crédito relevantes para implantação de controles e adequação de normas e políticas internas. Tais indicadores são devidamente reportadas aos Órgãos de Governança e demais áreas envolvidas no processo creditício.

Comentário do Desempenho

Gerenciamento de Capital

Conforme Resolução CMN nº 4.557/2017, define-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, necessário para fazer face aos riscos que a instituição está exposta, assim como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Todas as rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital ocorrem no estrito cumprimento dos atos normativos internos e externos, com a finalidade de atendimentos dos requerimentos mínimos de capital.

O Conselho Monetário Nacional visando a ampliação da resiliência e solidez dos Bancos criou os “colchões” adicionais ao capital regulamentar, o Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

- Adicional contracíclico de capital principal (ACP_{Contracíclico}), no máximo 2,50% do montante do RWA: Fator multiplicador do Bacen (ACCPiBRASIL) está igual a zero, portanto não impacta a posição do Banpará;
- Adicional de importância sistêmica de capital principal (ACP_{Sistêmico}), até 2,00% do montante do RWA: O Banpará não está enquadrado no Fator Anual de Importância Sistêmica – FIS, pois o Banco pertence ao segmento S3, desta forma o impacto também é zero;
- Adicional de conservação de capital principal (ACP_{Conservação}), 1,62% do montante do RWA: Na base atual, para o cálculo de capital mínimo do Banpará considera-se o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência de 8% e o ACP_{Conservação} de 2,00%, onde a soma dos dois fatores relacionados compõe o requerimento mínimo do Índice de Basileia de 10,00%.

Para fins gerenciais, o Banpará definiu na Declaração de Appetite por Riscos o limite gerencial mínimo de 15,00% de Índice de Basileia, o percentual abaixo desse limite (14,99%) é considerado como acionador do Plano de Contingência de Capital.

Para o 1º semestre de 2022, as posições de capital se apresentaram da seguinte forma:

Gestão de Capital - R\$ milhões

	1T22	4T21	1T21	V3M	V12M
Patrimônio de Referência	1.552	1.517	1.408	2,31%	10,23%
PR Nível I	1.552	1.517	1.408	2,31%	10,23%
PR Nível II	-	-	-	-	-
Índice de Basileia	18,59%	18,45%	20,84%	0,76%	-10,80%

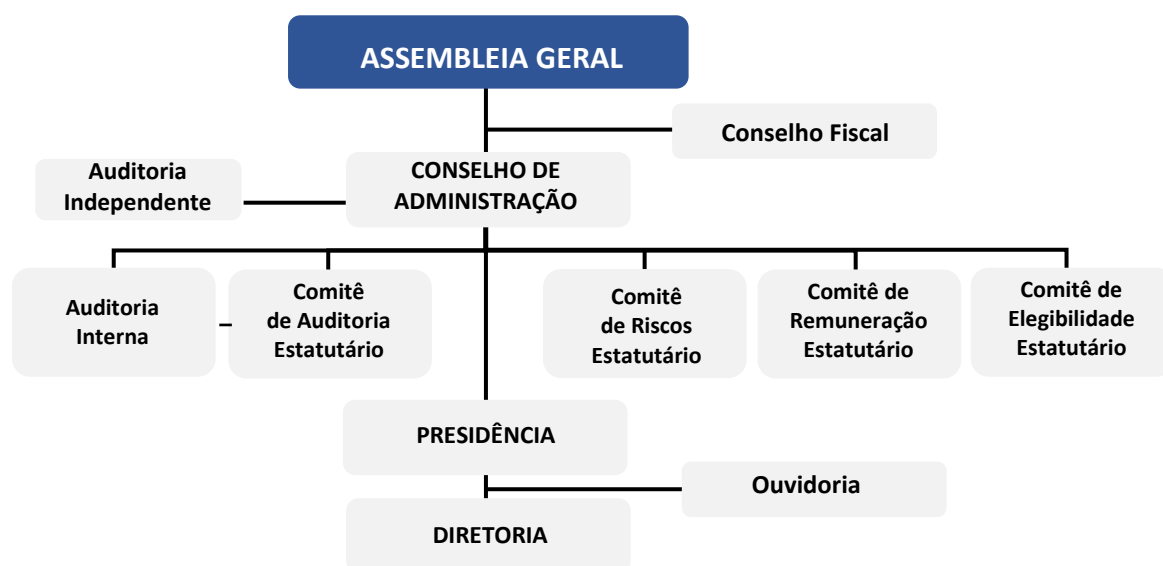
O Patrimônio de Referência (PR) do Banpará atingiu no 1º trimestre de 2022 o montante de R\$ 1,552 milhões, um aumento de 2,31% quando comparado com o 4º trimestre de 2021 e 10,23% quando comparado com o 1º trimestre de 2021, a variação do PR deve-se principalmente à apuração de lucro gerado para o período.

Comentário do Desempenho

O Índice de Basileia atingiu 18,59% no 1º trimestre de 2022, um aumento de 0,76% em relação ao 4º trimestre de 2021, em função da apuração de lucro do trimestre e uma diminuição de 10,80% em relação ao 1º trimestre de 2021, devido ao crescimento dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA em 23,53% no período. Ainda assim, o Índice de Basileia ficou acima do estipulado na Declaração de Apetite por Risco – RAS (15%) e do exigido pelo Bacen (10%), demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos.

Informações detalhadas sobre o gerenciamento de capital, de risco de mercado, liquidez, crédito, operacional, socioambiental e *compliance* podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no sítio de Relações com Investidores/Governança Corporativa: <http://ri.banpara.b.br>

Governança Corporativa



Assembleia Geral: órgão superior de deliberação, tendo poder de deliberar sobre todos os negócios de interesse da instituição.

Conselho de Administração: órgão que fixa a orientação geral dos negócios, estabelecendo políticas e diretrizes gerais da instituição, atuando com independência e de forma técnica.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, com o objetivo de supervisionar as atividades da auditoria independente, da auditoria interna e os processos de controles internos e de gestão de riscos e *compliance*.

Comitê de Remuneração Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é fixar a remuneração dos administradores em consonância com as legislações vigentes e as melhores práticas de governança instituídas em âmbito nacional.

Comentário do Desempenho

Comitê de Riscos Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é assessorá-lo no desempenho de suas atribuições pertinentes à gestão e controle dos riscos e do gerenciamento de capital.

Conselho Fiscal: órgão que atua na fiscalização e controle da administração, responsável por fiscalizar os atos dos administradores e revisar os balanços e demonstrações financeiras, reportando seus relatórios aos acionistas, consoante a legislação societária brasileira.

Diretoria Colegiada: responsável pela direção dos negócios e pela prática dos atos necessários à realização dos objetivos sociais, em conformidade com a legislação em vigor e Estatuto Social do Banpará.

Ouvidoria: exerce relevante papel como um canal de comunicação direta, atuando, inclusive, na mediação de conflitos na busca de soluções para melhoria de seus processos no oferecimento de produtos e serviços, objetivando alcançar a excelência do atendimento.

Auditoria Independente: atua, com independência e de forma técnica, para apoiar a Administração em relação à integridade das demonstrações financeiras, revisão das informações trimestrais e auditoria dos controles internos. Em cumprimento ao contido no artigo 2º da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, Auditoria Externa.

Auditoria Interna: vinculada direta e hierarquicamente ao Conselho de Administração e tecnicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário, é uma atividade independente e objetiva de avaliação (*assurance*) e de consultoria orientada por uma filosofia de agregar valor e melhorar as operações da organização, auxiliando no alcance dos objetivos do Banpará, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança corporativa.

Controles Internos e *Compliance*

A área de Controles Internos e *Compliance* busca assegurar que as atividades da Instituição sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente, diretrizes internas e alinhadas às boas práticas de governança corporativa.

Com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos do Banpará, a gestão dos controles internos e conformidade está estruturada segundo os principais componentes do COSO (*Comitee of Sponsoring Organizations*). Dessa forma, os riscos capazes de afetar a realização dos objetivos estratégicos e de negócios do Banco são identificados, avaliados e respondidos no contexto do apetite a riscos estabelecidos pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, com o estabelecimento de atividades de controle para ajudar a assegurar, de forma adequada e oportuna, as respostas aos riscos avaliados.

O Programa de *Compliance* instituído no Banpará vem para fortalecer a cultura, alavancar os negócios e proteger a reputação do Banco.

Comentário do Desempenho

Para a eficiência do sistema de controle interno e *compliance* são realizados monitoramentos a partir da realização de contínuas avaliações independentes, visando resguardar a imagem, recursos e diminuir a ocorrência de perdas. As fragilidades identificadas geram contramedidas, os planos de ação, os quais são monitorados e os status reportados à Diretoria Colegiada, Comitê de Elegibilidade Estatutário, Comitê de Remuneração Estatutário, Comitê de Riscos Estatutário, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração, mensalmente e trimestralmente, respectivamente.

Quanto a Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, com o objetivo de minimizar os riscos de utilização dos produtos e serviços na prática de atividades ilícitas, a instituição adota procedimentos internos de controle, fundamentados na Política Institucional de PLD/FT e metodologia de avaliação de risco de PLD/FT, com ferramentas de monitoramento, aplicação das políticas de identificação de clientes (conheça seu cliente, conheça seu funcionário e conheça seu fornecedor e prestador de serviços terceirizados) e avaliação de risco sob a ótica de PLD sobre os novos produtos, serviços e transações.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banpará presta atendimento aos clientes e usuários, em caráter recursal, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar, para as quais cumpre prazo de até 10 dias úteis estabelecido pela Resolução CMN nº 4.860/20 ou de 20 dias corridos para o atendimento de assuntos relacionados a Lei de Acesso à Informação nº 2.527/2011. Atua ativamente na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial e célere, com respostas claras, objetivas e conclusivas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento do Banpará com o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e o bom relacionamento com a sociedade.

Aplica avaliação direta da qualidade do atendimento prestado aos clientes e usuários, disponibilizando a linha 0800 280 9040 (DDG) ou por meio de ligação automática para o demandante, após o envio da resposta pela Ouvidoria. A avaliação que registra notas de 1 a 5, de acordo com o nível de satisfação para a solução apresentada e pela qualidade no atendimento da Ouvidoria, os registros de avaliação são encaminhados ao Bacen, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.860/2020. No 1º trimestre de 2022, foram analisadas 225 demandas, sendo 61 procedentes e 164 improcedentes. As demandas julgadas procedentes solucionadas são analisadas e submetidas à Alta Administração do Banco por meio de proposições nos Relatórios mensais, que objetivam melhorias dos processos operacionais dos produtos e serviços do Banpará.

A atuação da Ouvidoria se dá em consonância com a Resolução CMN 4.860/2020; Resolução BCB Nº 222/2022 e Instrução Normativa Bacen nº 265/2022; Resolução CVM nº 43/2021; Decreto Estadual nº 1.359/2015, que regula a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011; e atende ao Ofício Circular nº 06/2016 da Ouvidoria Geral do Estado do Pará. Paralelamente aos normativos citados, a Ouvidoria é signatária da Autorregulação Bancária da Febraban que, pelo Sarb 022/2019, exige das ouvidorias que ao menos 50,00% de suas reclamações sejam respondidas no prazo de 5 dias úteis. No 1º trimestre de 2022 tivemos 131 demandas atendidas em até 5 dias úteis, alcançando o percentual de cumprimento desse prazo em 58,22%, do total das 225 registradas.

Comentário do Desempenho

Desenvolvimento Econômico e Social

O Banpará tem como missão criar valor para o Estado do Pará como Banco autossustentável, promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável. Nesse sentido, destacamos abaixo as principais linhas de crédito voltadas para esse segmento:

- **FUNDO ESPERANÇA** – Criado pelo Governo do Estado, em 20 de março de 2020, por meio da Lei Estadual nº 9.032 de 20/03/2020, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 618 de 20/03/2020 e alterado pelo Decreto Nº 1.352 de 04/03/2021, com o objetivo de conceder empréstimos as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no Estado do Pará afetadas pelas adversidades econômicas decorrente da Pandemia da COVID-19.

O Banpará atua como agente financeiro do Fundo sendo a gestão realizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Mineração – SEDEME.

As contratações, no ano de 2020, ocorreram no período de 27/03/2020 a 31/08/2020. No total foram liberados recursos na ordem de R\$ 154 milhões para aproximadamente 67 mil empreendedores.

Em 2021, a partir do dia 17/03/2021, foram realizadas novas contratações que totalizaram R\$ 137 milhões de recursos liberados. No primeiro trimestre de 2022, não houveram contratações.

- **CREDCIDADÃO** – Programa de microcrédito do Governo do Pará, instituído desde 2004, por meio da Lei Estadual nº 5.674 de 21/10/1991.

O Banpará é o agente financeiro do Fundo que tem sua gestão compartilhada por meio de convênio com o órgão gestor Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito - NGPM e Secretaria de Estado de Planejamento e Administração - SEPLAD.

O Programa tem como objetivo a concessão de financiamentos a empreendimentos de micro e pequeno porte de pessoas físicas e jurídicas, buscando promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará, a geração de postos de trabalho e de renda e o resgate da cidadania. As contratações durante o ano de 2022, até o dia 31/03, totalizam R\$ 2,8 milhões.

- **MICROCRÉDITO** – O Banpará disponibilizou, no 1º trimestre de 2022, com recursos próprios, mais de R\$ 9,43 milhões em cerca de 1.177 operações destinados a micro e pequenos negócios de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo linhas exclusivas as mulheres e aos mototaxistas.

As principais linhas de microcrédito com recursos próprios, Banpará Comunidade, Banpará Comunidade Mototaxista e Empodera, que foi expandido neste 1º trimestre de 2022 para todo o Estado, ganharam maior visibilidade, tanto para o público interno quanto externo, com ações em redes sociais, parcerias com órgãos da sociedade civil, entre outros, tendo um aumento de mais de 2,5 vezes no volume de contratação em relação ao mesmo período de 2021.

Além destes produtos, lançamos em 03/2022 uma nova linha, denominada Qualifica Pará, direcionada ao atendimento dos participantes do programa de capacitação, de mesmo nome, do Governo do Estado do Pará. O objetivo é fomentar o empreendedorismo local com apoio dos entes atuantes neste segmento.

- **FUNGETUR** - Linha de financiamento que utiliza recursos de repasse do Governo Federal por meio do Fundo Geral do Turismo – Fungetur e destina-se aos clientes Pessoas

Comentário do Desempenho

Jurídicas prestadoras de serviços elencados no Artigo 21 da Lei nº 11.771/2008 e que estejam cadastradas no Cadastur do Ministério do Turismo. O Banpará é responsável pela análise e aprovação do crédito, pela definição das garantias e pelo risco da operação.

- Os recursos disponibilizados pelo Ministério do Turismo servem como instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do setor de turismo. O Banpará iniciou as contratações do produto em 10/2021 e até 31/03/2022 totalizaram o montante de R\$ 1,6 milhões.

- **BNDES** – O Banpará atua como agente financeiro credenciado ao BNDES para operar com recursos de repasses, sendo responsável pela análise e aprovação do crédito e, também, pela definição das garantias e pelo risco da operação.

Os programas e linhas de financiamento com recursos do BNDES perpassam desde o apoio para produção, aquisição e comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, até o apoio para projetos de investimento para implantação, ampliação, modernização e expansão da capacidade produtiva do Estado do Pará.

O volume financeiro contratado referente as linhas BNDES Finame e BNDES Automático totalizado, em 31/03/2022, foi de R\$ 13,2 milhões.

- **CRÉDITO RURAL** – O portfólio de produtos de crédito rural possui linhas de financiamento destinadas aos produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, e cooperativas ou associações de produtores rurais, para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil, entre os quais podemos destacar o Banpará-Bio, linha de crédito, criada em 14/10/2021, destinada ao financiamento de sistemas agroflorestais, florestamento, reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e demais atividades e serviços agropecuários pautados na sustentabilidade ambiental e social em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas por produtores rurais.

Ao longo do primeiro trimestre de 2022, o Banco do Estado do Pará, teve um volume de contratação direcionado às atividades rurais no total de R\$ 7,5 milhões.

Outro forte índice qualitativo das linhas de Microcrédito do Banpará é a bancarização dos clientes, principalmente em áreas de risco e vulnerabilidade social, mitigando índices de desigualdade social e a forma informal de trabalho, que hoje é um ponto forte na questão de bancarização da maior parte da população. Dessa forma, as pessoas que utilizam os serviços bancários vivem nos aspectos ligados a própria cidadania, absorvendo mais diretos, acesso a locais que antes achavam que não os pertenciam, tendo uma forte importância para a economia Paraense, os contemplando a uma série de novas oportunidades.

Sustentabilidade e Ações sociais

As estratégias socioambientais do Banpará para o desenvolvimento econômico e social sustentável foram desafiadoras, considerando o propósito de ampliar nossa gestão para uma agenda mais robusta de governança social, ambiental e climática, a fim de mitigar o risco socioambiental relacionado aos nossos negócios, alinhados às melhores práticas de mercado.

Comentário do Desempenho

As diretrizes socioambientais do Banco são consolidadas na Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA, em conformidade com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional, constante na Resolução nº 4.327/2014, no que tange à mitigação do risco socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, considerando a avaliação da relevância e proporcionalidade, bem como as normas do SARB nº 14 da Febraban, que corroboraram para a implantação do Manual de Normas e Procedimentos de Classificação, Avaliação e Monitoramento de Riscos Socioambientais.

Em virtude dos riscos oriundos das questões climáticas e pela Resolução CMN nº 4.945/2021, a PRSA está em processo de revisão para PRSAC – Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, para inclusão de diretrizes para mitigação de tais riscos nas atividades, operações e no relacionamento com as partes interessadas, de forma a garantir a sustentabilidade dos negócios do Banco.

O Plano de Implementação da PRSA é uma das ferramentas para materialização das diretrizes socioambientais.

Houve a reestruturação das áreas de governança de riscos e responsabilidade socioambiental, com vistas a trazer maior alinhamento e eficiência no atendimento da PRSA, direcionando as estratégias para atendimento da Agenda ASG e mitigação dos riscos sociais, ambientais e climáticos para uma só Diretoria.

Iniciou-se o novo ciclo para o Relatório de Sustentabilidade - ano 2021, conforme Normas *Standard da Global Reporting Initiative* (GRI), como forma de valorizar a transparência e atender às diretrizes contidas na PRSA, bem como na Lei nº 13.303/2016.

Ações periódicas de divulgação e acultramento interno da responsabilidade socioambiental:

- Continuidade na prática de distribuição de canecas de porcelana, visando evitar o consumo de descartáveis dentro do Banco, e na realização da coleta seletiva, ajudando a promover educação ambiental entre funcionários e colaboradores, e a sustentabilidade das cooperativas de catadores do Estado do Pará.

O apoio financeiro a projetos sociais realizados por instituições sem fins lucrativos é uma das práticas de responsabilidade social do Banpará. Foram mantidos os projetos da Casa do Menino Jesus, que acolhe crianças e adolescentes em tratamento de câncer e outras patologias crônicas; Espaço Nova Vida, que trata dependentes químicos; e Associação Projeto Ação Sorriso, que oferece atendimentos clínicos e de fisioterapia no município de Itaituba.

Favorecendo a prática da Inclusão Social, o Banco manteve em seu quadro de prestadores de serviços 90 portadores de deficiência, por meio do Convênio com a Associação Paraense de Pessoas com Deficiência – APPD.

Comentário do Desempenho

Agradecimentos

As realizações alcançadas no 1º trimestre de 2022 são fruto da dedicação e esforço dos nossos funcionários e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores pela confiança em nós depositada.

Ruth Pimentel Mélo

Diretora-Presidente

Bruno Bitar Morhy

Diretor de Tecnologia

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo

Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores

João Bernardo Pereira Lima

Diretor Financeiro e de Produtos e Serviços Comerciais

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes

Diretor Comercial e de Fomento

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Diretor Administrativo

Larissa Wanghon Monteiro Raiol

Chefe de Relações com Investidores

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de Banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (Patrimônio Líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pelos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

Resolução CMN nº 4.924/2021 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);

Resolução CMN nº 4.924/2021 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01

R1);

Notas Explicativas

Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2);

Resolução CMN nº 4.818/2020 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);

Resolução CMN nº 4.534/2016 – Intangível (CPC 04 R1);

Resolução CMN nº 4.818/2020 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);

Resolução CMN nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);

Resolução CMN nº 4.924/2021 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);

Resolução CMN nº 4.818/2020 – Evento Subsequente (CPC 24);

Resolução CMN nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

Resolução CMN nº 4.535/2016 – Imobilizado (CPC 27);

Resolução CMN nº 4.877/2020 – Benefícios a Empregados (CPC 33 R1);

Resolução BCB nº 2/2020 – Resultado por ação (CPC 41); e

Resolução CMN nº 4.924/2021 – Mensuração do Valor do Justo (CPC 46).

Foram observadas ainda, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução BCB nº 2/2020, cujo principal objetivo é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* - IFRS.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram aprovadas pela Diretoria do Banco em 06 de maio de 2022.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Financeiras Intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito;

estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 7 – Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota explicativa nº 9 – Determinação da vida útil econômica de alguns ativos;

Nota explicativa nº 14 – Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas; principais premissas sobre a probabilidade de perda e das estimativas quanto aos valores prováveis de desembolsos futuros;

Nota explicativa nº 18 – Cálculo de provisões para pagamentos de obrigações com planos de previdência complementar, devido a premissas atuariais; e

Nota explicativa nº 21 (b) – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e diferenças temporárias absorvidas em um prazo previsível, quando aplicável.

a. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras Intermediárias contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

b. Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras Intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos "Títulos mantidos até o vencimento" em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

c. Reclassificação nas Demonstrações Financeiras Intermediárias

A tabela abaixo resume os ajustes e valores reclassificados nas Demonstrações Financeiras Intermediárias de 31.03.2022:

	31.03.2022	31.12.2021	31.12.2021 (Reclassificado)
Outras Obrigações Corrente	134.601 3.398	137.999 -	3.398 -

2.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações ativas e passivas deve ser realizada *pró-rata temporis*, considerando o número de dias corridos.

b. Caixa e equivalente a caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na BCB nº 02 de 2020), caixa e equivalente de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de aplicação e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

Notas Explicativas

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como qualquer saldo registrado de operações dessa natureza.

f. Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão incluídos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os Bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e a avaliação da Administração do Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota 7.2).

Notas Explicativas

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Estes valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 8c).

j. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

l. Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; sistemas de transporte 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 09.

m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados a manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534, de 24 de novembro de 2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota 10.

Notas Explicativas

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN N° 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN n° 4.877/2020.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM n° 594/09 e Resolução CMN n° 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis, são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidas contabilmente, apenas divulgadas em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de 5 anos do direito a execução.

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota 15.

Notas Explicativas

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tem a seguinte composição:

Contas	31.03.2022	31.12.2021
Caixa	239.954	196.602
Disponibilidades em moeda nacional	233.024	186.113
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.930	10.489
Equivalente de Caixa	2.449.971	791.999
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	2.449.971	791.999
Total	2.689.925	988.601

O montante de R\$ 2.689.926 em 31 de março de 2022 (R\$ 988.601 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa. O aumento nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez é reflexo do aumento de liquidez do Banpará.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	31.03.2022	31.12.2021
Aplicações - Mercado Aberto	2.449.971	791.999
Posição bancada	2.449.971	791.999
Letras Financeiras do Tesouro	1.039.963	311.998
Letras do Tesouro Nacional	340.014	430.001
Notas do Tesouro Nacional	1.069.994	50.000
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	742.293	788.594
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	540.591	586.960
Não ligadas	201.702	201.634
Total	3.192.264	1.580.593

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	31.03.2022	31.03.2021
Posição Bancada	54.162	10.414
Depósitos Interfinanceiros	12.946	2.476
Total	67.108	12.890

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09, apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

u. Resultado recorrente e não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de 2 (dois) anos que antecedem e que sucedem a data base.

v. Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem às Demonstrações Financeiras Intermediárias, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Notas Explicativas

c. Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	31.03.2022		31.12.2021		31.03.2022		31.12.2021	
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado	Ajuste	Mercado	Ajuste	
Para negociação	1.167.763	1.168.079	1.064.260	1.061.602	315	1.061.602	315	(2.658)
Letras financeiras do tesouro	1.167.763	1.168.079	1.064.260	1.061.602	315	1.061.602	315	(2.658)
Mantidos até o vencimento (a)	68.079	68.079	71.405	71.405	-	71.405	-	-
CVS	65.548	65.548	68.832	68.832	-	68.832	-	-
Cotas de fundos de invest. em participações	2.531	2.531	2.573	2.573	-	2.573	-	-

(a) os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.		Saldo	
	31.03.2022	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	1.168.079	1.168.079	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	65.548	-	65.548
Cotas de fundos de invest. Em participações.	2.531	2.531	-
Total	1.236.158	1.170.610	65.548

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado		Saldo	
	31.12.2021	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	1.061.602	1.061.602	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	68.832	-	68.832
Cotas de fundos de invest. Em participações	2.573	2.573	-
Total	1.133.007	1.064.175	68.832

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Classificação por tipo de papel

Títulos	31.03.2022	31.12.2021
Livres	1.132.902	990.230
Letras Financeiras do Tesouro	1.064.823	918.825
CVS	65.548	68.832
Cotas de fundos de investimento em participações (a)	2.531	2.573
Vinculados a operações compromissadas	78.340	102.489
Letras Financeiras do Tesouro	78.340	102.489
Vinculados ao Banco Central	15.722	31.325
Letras Financeiras do Tesouro	15.722	31.325
Vinculados à prestação de garantia	9.194	8.963
Letras Financeiras do Tesouro	9.194	8.963
Total	1.236.158	1.133.007
Circulante	1.168.079	1.061.602
Não circulante	68.079	71.405

(a) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de 12 anos podendo ser prorrogado por mais 3 anos.

b. Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Meses				Anos			31.03.2022		31.12.2021
	Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL			
Títulos para negociação	-	1.058	310.316	458.069	398.636	1.168.079	1.061.602			
Títulos públicos	-	1.058	310.316	458.069	398.636	1.168.079	1.061.602			
Letras financeiras do tesouro	-	1.058	310.316	458.069	398.636	1.168.079	1.061.602			
Títulos Mantidos até o vencimento (a)	-	-	2.531	65.548	-	68.079	71.405			
Títulos públicos	-	-	-	65.548	-	65.548	68.832			
CVS	-	-	-	65.548	-	65.548	68.832			
Títulos privados	-	-	2.531	-	-	2.531	2.573			
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	2.531	-	-	2.531	2.573			
TOTAL EM 31.03.2022	-	1.058	312.847	523.617	398.636	1.236.158	-			
TOTAL EM 31.12.2021	135.855	-	303.557	370.392	323.203	-	1.133.007			

(a) não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 31 de março de 2022 e de 31 de dezembro 2021. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

Notas Explicativas

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de Operação

	31.03.2022	31.12.2021
Operações de Crédito	8.582.651	8.284.175
Adiantamentos a Depositantes	69	84
Empréstimos	8.289.034	8.035.399
Outros Financiamentos	13.232	13.542
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.832	6.023
Financiamentos Imobiliários	273.484	229.127
Outras rubricas	151.343	139.837
Valores a receber relativos a transações de pagamento	89.595	78.087
Operações de Câmbio	61.748	61.750
Total da Carteira de Crédito	8.733.994	8.424.012
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(214.394)	(200.405)
Provisões constituídas	(208.881)	(196.476)
Outros Créditos (Nota 8)	(5.513)	(3.929)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	8.519.600	8.223.607
Circulante	2.462.390	2.297.718
Não circulante	6.057.210	5.925.889

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

	31.03.2022	31.12.2021
Produtos	8.514.991	8.201.596
Pessoa Física	6.519.887	6.386.572
Consignados	1.354.181	1.336.122
Banparacard	4.767	4.317
Cheque especial	136.185	103.594
Cartão de crédito	69.200	1.150
Sazonais	246.682	204.169
Imobiliário	184.089	165.672
Outros	219.003	222.416
Pessoa Jurídica	4.387	3.254
Cheque empresarial	113.659	119.117
Capital de Giro	26.802	24.954
Imobiliário	74.155	75.091
Outros	8.733.994	8.424.012

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Rendas com títulos e valores mobiliários

Contas	31.03.2022	31.12.2021
Resultado de títulos de renda fixa	27.134	5.461
Resultado de títulos de renda variável	(42)	25
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	2.973	(417)
Total	30.065	5.069

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Contas	31.03.2022	31.12.2021
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	33.437	10.937
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	190.049	314.790
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	278.051	279.260
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	69.287	68.266
Depósitos compulsórios – Crédito rural Res. Bacen nº 3.310/2005	12.593	6.219
Total	583.417	679.472
Circulante	514.130	611.206
Não circulante	69.287	68.266

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 69.287 em 31 de março de 2022 (R\$ 68.266 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizado recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.



Notas Explicativas

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituíram-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	31.03.2022	31.03.2021
Saldo no início do período	(196.476)	(172.410)
Provisões constituídas	(235.894)	(208.808)
Reversões de provisões	192.350	163.932
Valores baixados ou compensados com créditos	31.139	26.584
Saldo final do período	(208.881)	(190.702)
Outros créditos - Saldo no início do período	(3.929)	(2.386)
Provisões constituídas	(12.409)	(5.342)
Reversões de provisões	10.825	5.201
Outros créditos - Saldo no final do período	(5.513)	(2.527)
Saldo final do período	(214.394)	(193.229)
Circulante	(112.176)	(89.963)
Não circulante	(102.218)	(103.266)

7.3. Movimentação da Carteira de Renegociação

Contas	31.03.2022	31.03.2021
Saldo no início do período	122.182	98.713
Renegociação	21.309	17.154
Recebimentos	(3.575)	(1.290)
Baixas	(1.519)	(10.249)
Saldo final do período	138.397	104.328
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	49.241	57.084
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	35,58%	54,72%

7.4. Rendas de Operações de Crédito

Contas	31.03.2022	31.03.2021
Adiantamento a depositante	43	57
Empréstimo	441.966	368.171
Financiamento com intervenção	662	313
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	8.310	9.454
Financiamentos rurais	80	34
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	5.015	1.334
Total	456.076	379.363

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2022	31.12.2021
Parcelas Vencidas	4.286.133	3.851.684	142.253	105.383	90.130	17.489	21.278	99.596	8.635.478	8.336.194
Até 30 dias	103.625	151.732	12.297	7.181	3.312	1.188	3.765	637	288.489	246.600
31 a 60 dias	97.244	138.278	8.989	4.618	2.722	1.005	1.618	763	259.331	246.993
61 a 90 dias	32.666	50.582	20.686	3.025	2.262	654	871	424	113.560	234.597
91 a 180 dias	256.026	339.416	22.365	46.447	6.292	2.174	2.049	1.780	687.114	508.578
181 a 360 dias	480.282	558.048	33.594	11.347	9.808	2.669	4.343	2.560	1.127.547	1.076.537
Acima de 360 dias	3.305.390	2.613.828	47.322	32.765	65.734	9.799	8.632	12.668	6.159.427	6.022.869
Parcelas Vencidas	-	14.221	4.442	12.376	7.826	5.545	4.546	44.060	98.516	67.818
Até 14 dias	-	14.217	1.373	2.040	964	616	419	576	3.009	23.214
15 a 30 dias	-	4	3.069	2.357	502	237	380	103	365	7.017
31 a 60 dias	-	-	-	7.979	1.215	1.077	788	932	4.481	16.472
61 a 90 dias	-	-	-	-	5.145	741	449	453	1.738	8.526
91 a 180 dias	-	-	-	-	2.874	2.510	3.136	11.343	20.163	17.676
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	23.124	23.124	19.409
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL EM 31.03.2022	4.286.133	3.865.905	146.695	117.759	97.956	23.034	28.124	143.656	8.733.994	-
TOTAL EM 31.12.2021	4.406.921	3.509.427	131.536	84.734	86.241	19.052	21.392	128.892	-	8.424.012

d. Por Setores de Atividade

Setores	31.03.2022	31.12.2021
	Valor	Valor
Varejo Pessoas Físicas	8.259.567	7.990.146
Varejo Pessoas Jurídicas	119.145	123.422
Rural - Pessoa Física e Jurídica	6.832	6.022
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	13.217	13.547
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	61.748	61.751
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	273.485	229.124
Total	8.733.994	8.424.012

e. Concentração dos principais devedores

Relação	31.03.2022	31.12.2021
	Valor	Valor
Principal devedor	32.738	38.685
10 maiores devedores	86.237	84.824
20 maiores devedores	46.879	47.197
50 maiores devedores	56.134	53.628
100 maiores devedores	81.500	79.041
Demais devedores	8.430.506	8.120.637
Total	8.733.994	8.424.012



Notas Explicativas

Contas	31.03.2022	31.03.2021
Saldo no início do período	(2.924)	(3.822)
Provisões constituídas	(970)	(1.549)
Reversões de provisões	236	1.812
Saldo final do período	(3.658)	(3.559)

9. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por *softwares*, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e Equip. de Uso	Sistema de comunicação	Sist. Proc. Dados e Equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	1.513	57.289	23.577	10.770	106.577	13.722	171	213.599
Depreciação Acumulada	-	(36.948)	(14.187)	(5.615)	(88.911)	(7.008)	(171)	(152.840)
Líquido 31.12.2021	1.513	20.321	9.390	5.155	17.666	6.714	-	60.759
Aquisições	32	1	15	20	879	584	-	1.531
Baixas Custo	-	(11)	-	-	-	-	-	(11)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(144)	(473)	(251)	(2.145)	(256)	-	(3.269)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação Líquida	32	(154)	(458)	(231)	(1.266)	328	-	(1.749)
Custo	1.545	57.259	23.592	10.790	107.456	14.306	171	215.119
Depreciação Acumulada	-	(37.092)	(14.860)	(5.866)	(91.056)	(7.264)	(171)	(156.109)
Líquido 31.03.2022	1.545	20.167	8.932	4.924	16.400	7.042	-	59.010

8. OUTROS CRÉDITOS

Contas	31.03.2022	31.12.2021
Carteira de câmbio	53.854	63.668
Créditos a receber	2.793	690
Serviços prestados a receber	2.769	645
Serviços prestados em arranjo de pagamento	24	45
Créditos diversos	451.980	433.001
Adiantamento e antecipações salariais	13.402	5.138
Adiantamento para pagamento	134.498	142.346
Devedores por depósitos em garantia (a)	94.680	93.193
Imposto e contribuições a compensar	87.223	85.363
Pagamentos a ressarcir	1.434	1.532
Título e crédito a receber sem característica de concessão	4.932	4.526
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	89.595	78.087
Devedores diversos – País (c)	26.216	22.816
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(9.171)	(6.853)
Com característica de concessão de Crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(5.513)	(3.929)
Sem característica de concessão de Crédito (d)	(3.658)	(2.924)
Circulante	499.456	490.506

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 89.595 em 31 de março de 2022 (R\$ 78.087 em 31 de dezembro de 2021) e estão assim distribuídos:

Contas	31.03.2022	31.12.2021
BANPARÁ Mastercard	88.968	76.748
Valores a faturar	15.087	15.698
Faturados a receber	28.829	18.301
Parcelado lojista a agendar bandeira	45.052	42.749
Cartão BANPARÁ	627	1.339
Parcelado sem juros	627	1.339
Total	89.595	78.087

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 26.216 em 31 de março de 2022 (R\$ 22.816 em 31 de dezembro de 2021), registrado principalmente pelos valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 3.658 em 31 de março de 2022 (R\$ 2.924 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	A vista	A prazo	Poupança	31.03.2022	31.12.2021
Sem vencimento	1.394.442	341	1.397.274	2.792.057	3.064.653
Até 30 dias	-	48.088	-	48.088	150.404
De 31 a 60 dias	-	76.801	-	76.801	156.830
De 61 a 90 dias	-	181.442	-	181.442	78.300
De 91 a 180 dias	-	1.337.848	-	1.337.848	622.474
De 181 a 360 dias	-	5.568.136	-	5.568.136	3.670.946
Acima de 360 dias	-	2.225.002	-	2.225.002	2.561.193
Total	1.394.442	9.437.658	1.397.274	12.229.374	10.304.800

c. Composição por segmento de mercado

Composição	A vista	A prazo	Poupança	31.03.2022	31.12.2021
Sociedades ligadas	984.908	5.895.003	-	6.879.911	4.872.022
Pessoas físicas	181.492	1.152.249	1.362.282	2.696.023	2.828.401
Invest. Institucionais	-	2.007	-	2.007	2.226
Instituição Financeira	402	-	-	402	402
Pessoas Jurídicas	107.666	1.356.150	34.992	1.498.808	1.783.911
Governo municipal	114.494	1.031.908	-	1.146.402	815.682
Outros	5.480	341	-	5.821	2.156
Total	1.394.442	9.437.658	1.397.274	12.229.374	10.304.800

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras Financeiras do Tesouro	31.03.2022	31.12.2021
Recompras a Liquidar - Carteira Própria	78.055	102.312
Total	78.055	102.312

Devido à alta liquidez apresentada pelo Banpará, as operações compromissadas sofreram redução, ou seja, não houve a necessidade de captação de letras financeiras do tesouro junto ao mercado.

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros Ativos Intangíveis	Total
Custo	165.795	7.196	3.000	17.373	193.364
Amortização Acumulada	(70.217)	-	(1.750)	-	(71.967)
Líquido 31.12.2021	95.578	7.196	1.250	17.373	121.397
Aquisições	2.024	4.514	-	-	6.538
Baixas Custo	(86)	-	-	-	(86)
Baixas Amortização	86	-	-	-	86
Amortização	(7.373)	-	(375)	-	(7.748)
Transferências	-	-	-	-	-
Movimentação Líquida	(5.349)	4.514	(375)	-	(1.210)
Custo	167.733	11.710	3.000	17.373	199.816
Amortização Acumulada	(77.504)	-	(2.125)	-	(79.629)
Líquido 31.03.2022	90.229	11.710	875	17.373	120.187

10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

10.1. Depósitos

a. Composição por tipo de depósito

Contas	31.03.2022	31.12.2021
Circulante	10.004.117	7.743.607
Depósitos à vista	1.394.442	1.608.265
Depósitos do público	287.718	336.794
Depósitos de instituições financeiras	402	402
Depósitos vinculados	7.190	3.076
Depósitos de Governo	1.099.132	1.267.993
Depósitos a prazo	7.212.401	4.680.025
Depósitos de poupança	1.397.274	1.455.317
Não circulante	2.225.257	2.561.193
Depósitos a prazo	2.225.257	2.561.193
Total	12.229.374	10.304.800

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução

Notas Explicativas

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31.03.2022	31.12.2021
No Exterior	53.394	63.230
No país	38.313	38.140
Total	91.707	101.370

O montante de R\$ 91.707 em 31 de março de 2022 (R\$ 101.370 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior.

No exterior são operações, principalmente, de Captação (Funding) em bancos de outros países. A expansão é reflexo do aumento volume de operações no que se refere à cambio futuro e captações externas.

No país refere-se a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES que objetiva o fomento do setor turístico.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Circulante	Contas	31.03.2022	31.12.2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		139.423	134.601
Sociais e estatutárias		26.513	6.897
Fiscais e previdenciárias		172	257
Obrigações por convênios		22.780	26.641
Obrigações por prestação de serviços		11.166	10.120
Credores por Recursos a Liberar		51.041	57.691
Credores diversos – País (a)		13.671	20.485
Obrigações por Transações de Pagamento		12.872	9.725
Obrigações por Serviços de Instituidores de Arranjo		748	1.652
Outras Obrigações		129	676
Total		331	457
		139.423	134.601

(a) O montante de credores diversos totaliza R\$ 12.872 em 31 de março de 2022 (R\$ 9.725 em 31 de dezembro de 2021), registrado principalmente pelos saldos de contas transitórias.

e. Despesas de captação

	31.03.2022	31.03.2021
Depósitos de poupança	(22.505)	(5.424)
Depósitos interfinanceiros	-	(1.179)
Depósitos a prazo	(192.570)	(29.289)
Depósitos judiciais	(14)	(15)
Operações compromissadas—Carteira própria e Terceiros	(1.861)	(411)
Letras financeiras	(143)	(774)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(3.634)	(2.834)
Total	(220.727)	(39.926)

11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31.03.2022	31.12.2021
Obrigações junto a Partic. de Sist. de Liquidação	20.567	-
Transações de Pagamento	81.008	72.154
Total	101.575	72.154

O montante de R\$ 101.575 em 31 de março de 2022 (R\$ 72.154 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação, tais como cheques e outros papéis recebidos e recebimentos remetidos e transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

12. EMISSÃO DE TÍTULOS

	31.03.2022	31.12.2021
Circulante	2.051	8.170
Recursos de Letras Financeiras	2.051	8.170
Não circulante	2.444	3.753
Recursos de Letras Financeiras	2.444	3.753
Total	4.495	11.923

O montante de R\$ 4.495 em 31 de março de 2022 (R\$ 11.923 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco.

Em decorrência da estratégia de negócios e as altas taxas demandadas pelo mercado, as operações vencidas em 2022 não foram renovadas. Todavia, a área de varejo e interbancária monitoram constantemente a necessidade de novas captações, bem como, a redução das taxas praticadas no mercado.



Notas Explicativas

2022 (R\$ 5.901 em 31 de dezembro de 2021), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável, são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 31 de março de 2022 é R\$ 19.221 (R\$ 18.495 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 75.562 em 31 de março de 2022 (R\$ 71.679 em 31 de dezembro de 2021) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 31 de março de 2022 é R\$ 7.848 (R\$ 7.661 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 20.712 em 31 de março de 2022 (R\$ 20.219 em 31 de dezembro de 2021), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo "Provisões":

Circulante	Contas	31.03.2022	31.12.2021
Provisão com Pessoal		115.657	115.602
Provisão com PLR		26.855	21.334
Provisão para outras despesas administrativas		7.492	19.325
Passivo para risco – Trabalhista		50.768	43.164
Passivo para risco – Cível		21.366	23.192
Passivo para risco – Tributário		1.497	1.328
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação		5.138	5.016
Outros		104	104
Não circulante		32.124	30.600
Passivo para risco – Trabalhista		11.690	10.788
Passivo para risco – Cível		17.724	17.167
Passivo para risco - Tributário		2.710	2.645
Total		147.781	146.202

15. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS.

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 33.056 em 31 de março de 2022 (R\$ 33.980 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 6.079 em 31 de março de





Notas Explicativas

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de Ações	% Ações em circulação
ON	9.519.626	2.023	9.521.649	0,021

(1) compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima. Em 31 de março de 2022 as ações em circulação totalizavam uma quantidade de 2.023.

16.2. Dividendos/Juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

17. GESTÃO DE RISCO

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos consiste em identificar, medir, avaliar, monitorar, controlar e relatar todos os riscos associados às operações do Banco, por meio da governança corporativa e de uma abordagem proativa de monitoramento contínuo dos riscos inerentes à estratégia de negócios.

Os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua são avaliados de forma contínua e integrada, por meio de cenários de estresse e do monitoramento dos apetites por riscos.

O principal objetivo é assegurar que os indicadores de riscos estejam dentro dos limites e métricas quantitativas e qualitativas estabelecidas na RAS, que configuram um elemento fundamental para o cumprimento do planejamento estratégico.

No fechamento de 31 de março de 2022 o Banco manteve-se o contínuo monitoramentos dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos, não



Movimentação das provisões judiciais

	31.03.2022			31.03.2021		
	Trabalhista	Cível	Tributárias	Trabalhista	Cível	Tributárias
No início do Período	33.980	18.495	7.661	37.763	15.340	7.363
Atualização monetária	1.243	1.024	187	1.247	847	35
Constituições	1.558	255	-	356	202	-
Reversões	(2.381)	(461)	-	(130)	(273)	-
Pagamentos	(1.344)	(92)	-	(269)	(224)	-
No final do Período	33.056	19.221	7.848	38.967	15.892	7.398
Dep. Judiciais	19.822	16.295	58.391	21.360	16.534	55.638

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributárias	Total
Até 1 ano	21.366	1.497	5.138	28.001
De 1 a 5 anos	11.690	17.720	2.710	32.120
Acima de 5 anos	-	4	-	4
Total	33.056	19.221	7.848	60.125

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.03.2022		31.03.2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL	755	0,008	755	0,008
FDO INV	193	0,002	9	0,000
Administradores	1.268	0,013	1.452	0,015
Demais Acionistas	9.521.649	100,000	9.521.649	100,000

Notas Explicativas

impactos de eventos e circunstâncias adversas na instituição ou em um portfólio específico;

- Adota boas práticas de mercado relacionadas as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, também realiza avaliação dos potenciais clientes considerando o risco socioambiental.

O saldo total de crédito no mês março de atingiu R\$ 8.733.993. O crescimento apresentado foi de 1,36% em relação ao mês anterior e 29,82% em relação ao mesmo período de 2021. O crédito direcionado para PF representa 97,49% e o crédito direcionado a PJ representa 2,51.

O Banco, por nível de risco, concentra 96,40% nos contratos de níveis de risco AA – C:

NÍVEL DE RISCO	31.03.2022		31.12.2021	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
AA	4.286.133	49,07	4.406.921	52,31
A	3.865.905	44,26	3.509.427	41,66
B	149.695	1,72	131.536	1,56
C	117.759	1,35	84.734	1,01
D	97.956	1,12	86.241	1,02
E - H	216.546	2,48	205.153	2,44

A inadimplência passou a representar **1,58%** do crédito total:

1º Tri 2021	2º Tri 2021	3º Tri 2021	4º Tri 2021	1º Tri 2022
1,59%	1,48%	1,51%	1,63%	1,58%

Risco de Mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo esta Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

sendo necessária a ativação de nenhuma ação mitigadora dos Planos de Contingências.

Risco de Crédito:

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros, e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Para a efetividade do gerenciamento do risco de crédito referente aos procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito o Banpará:

- Gerencia o processo de elaboração, revisão e aprovação de políticas institucionais de risco de crédito, atendendo às diretrizes regulatórias;
- Elabora modelos de classificação de risco de crédito, baseada no conceito dos C's do crédito visam realizar a avaliação de risco de crédito, do cliente e da operação na concessão para subsidiar a deliberação das operações, conforme definições constantes no manual de alçada de crédito;
- Monitora e controla o desempenho das carteiras de crédito, tendo em vista os limites aprovados pela Alta Administração;
- Fornece reporte tempestivo das informações e análises sobre o risco de crédito à estrutura organizacional responsável por sua gestão na instituição, bem como as conclusões e providências adotadas.
- Observa a regulamentação contábil em vigor e implementa mecanismos para que os níveis de provisionamento sejam suficientes em face das perdas esperadas;
- Avalia previamente o risco de crédito de todas as novas modalidades de produtos e serviços, levando em consideração os riscos inerentes, o nível de exposição e a proposição de controles e monitoramento;
- Estabelece cenários de estresses para avaliação da resiliência da Instituição a choques macroeconômicos adversos, para avaliação prospectiva dos potenciais

Notas Explicativas



Para identificar e mensurar as posições que expõem a Instituição ao risco de mercado é calculado e monitorado diariamente o VaR (*Value at Risk*) paramétrico, por tipo de carteira (bancária e negociação), fazendo uso da metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), para o horizonte de 1 dia, com 95% de confiança. Segue abaixo valor exposto ao risco de mercado na carteira de negociação por fator de risco:

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação		
Fator de Risco	31.03.2022	31.03.2021
	Valor Exposto	Valor Exposto
PRÉ	2.439.973	2.194.995
USD	2.689	3.165
Euro	3.739	950
Cupom IPCA	-	864
Número Índice IPCA	-	8.172
Ações	-	618
Total	2.446.401	2.208.764

Análise de Sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

- Cenário 1 - os choques para a taxa de juros prefixada foram determinados a partir da diferença de taxas nos vértices 1 du – 11,65% e 63 du (1T) – 12,31% da curva de juros futuros de DI1 negociadas na B3. Para as moedas estrangeiras (USD e EUR) foram consideradas as diferenças nas cotações PTAX (USD – R\$ 4,74 e EUR – R\$ 5,26) das moedas do dia 31/03/2022 e o dólar e euro futuros (63 du) negociados na B3 (USD – R\$ 4,84 e EUR – R\$ 5,37).
- Cenário 2 - considerando o cenário 1, aplicou-se o percentual de 25%, ou seja, aumento para taxa pré de 63 du e redução para a cotação das moedas estrangeiras;
- Cenário 3 – considerando o cenário 1, aplicou-se o percentual de 50%, ou seja, aumento para taxa pré de 63 du e redução para a cotação das moedas estrangeiras.

Análise de sensibilidade - Carteira de Negociação

Cenários	Taxa de Juros 1º Tri 2022	Fatores de Risco		Total da Perda	
		Moedas USD 1º Tri 2022	Moedas EURO 1º Tri 2022	1º Tri 2022	%PR
1	(57)	58	81	(82)	0,01%
2	(263)	(629)	(872)	(1.764)	-0,11%
3	(520)	(1.315)	(1.833)	(3.668)	-0,24%

PR: 1.552.188

* Para elaboração da metodologia dos cenários de 1T2022, utilizou-se os valores de dólar e euro futuro da B3, desta forma não foi possível realizar comparações.

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência - PR, uma vez que a carteira de negociação é formada principalmente por operações compromissadas de curto prazo (1du) e pela carteira de câmbio, que representa apenas 0,05% do valor exposto ao risco da carteira total do Banco.

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens ΔEVE e ΔNII , conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- ΔEVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- ΔNII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Dessa forma, considerando a metodologia de alocação de capital adotada pelo Banpará para o IRRBB, nota-se um aumento de 23% entre mar/21 e mar/22 e para o PR o aumento no período foi de 10%.





Notas Explicativas

Neste 1º trimestre de 2022, os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, proporcionando tranquilidade para honrar saídas esperadas e inesperadas de recursos, tanto em cenário de normalidade como em cenário de estresse financeiro.

Risco Socioambiental:

O risco socioambiental refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrente de danos ambientais.

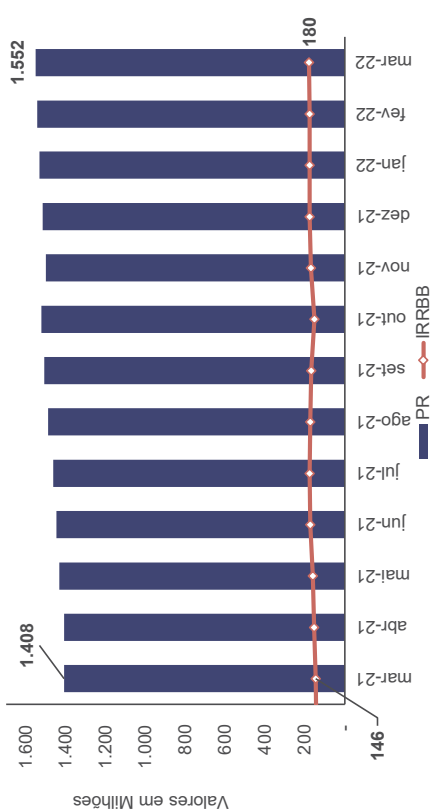
No Banpará, a estrutura organizacional da gestão de risco socioambiental é a DICRI e tem como finalidade classificar, avaliar e monitorar o referido risco, visando minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem do Banco. Além disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade socioambiental na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a este risco, é realizada a classificação do risco socioambiental, que considera as atividades exercidas pelos clientes da carteira de crédito pessoa jurídica utilizando-se de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade socioambiental e gestão/governança socioambiental do cliente. Para os quesitos são observados: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrências socioambientais (consulta externa).

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, a Resolução CMN nº 4.327/2014, Resolução CMN nº 4.557/2017, Resolução CMN nº 4.943/2021, Resolução CMN nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEIMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9) e 18 (NR18).

Alocação de Capital para o IRRBB



Risco de Liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da Instituição e a otimização dos recursos disponíveis. A Instituição elabora cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro moderado e agressivo, capazes de mensurar eventuais impactos no estoque adequado de ativos líquidos.

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 dias úteis, as quais permitem avaliar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, é monitorado o índice de Gap médio (IG), que possibilita a observação das projeções de entradas e saídas, considerando a expectativa de rolagem de cada operação.

As posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem mínima projetada são reportadas aos Órgãos de Governança, via relatórios mensais e trimestrais, com o intuito de identificar situações que possam comprometer o limite mínimo de liquidez do Banco, levando em consideração tanto o Planejamento Estratégico quanto as condições de mercado.



Notas Explicativas

- Os impactos das oscilações das parcelas de RWA no Índice de Basileia e no Plano de Capital;
- O acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco;
- A realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) para avaliação de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio;
- A elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de 05 anos; e
- Os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, realizados mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dirci, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos - Nuple, pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro – Suris, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital abrangendo o horizonte de cinco anos;
- Plano de Contingência de Capital;
- Declaração de Apetite por Riscos – RAS;
- Programa de Teste de Estresse;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

Análise de Resultado de Capital no Exercício

Quando comparado com 31 de dezembro de 2021, observa-se o crescimento do PR em 31 de março de 2022 em 2,30%, em virtude de apuração de lucro no período,

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a SURIS, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

No processo institucional, a área de risco operacional realiza a mitigação do risco socioambiental por meio da análise da base de perdas, onde são levantadas as perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais de que a Instituição seja parte e as perdas que são relacionados a imóveis próprios – BNDU (Bens Não de Uso), adquiridos ou retomados pelo Banco. Realiza, ainda, o monitoramento dos fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito aos aspectos socioambientais nos processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços.

O controle e acompanhamento, é realizado por meio monitoramento das validades das classificações de risco socioambiental gerado na concessão de crédito e por meio do acompanhamento da vigência das licenças, autorizações e programas solicitados do cliente, para a carteira de crédito pessoa jurídica.

Gerenciamento de Capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo de capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como:

- Monitoramento do patrimônio de referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA;

Notas Explicativas

efetuada atualmente pela Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade fechada de previdência privada.

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, apresentando as seguintes características:

CARACTERÍSTICAS		PREVRENDA
Modalidade (consoante à Resolução CNPC nº 41/2021)	Contribuição Definida – CD	
Situação	Ativo/Em funcionamento	
Patrocinadoras	Banco do Estado do Pará S/A- BANPARÁ	
Tipo de Patrocínio	Lei complementar 108 e 109/01	
Quantidade de Grupo de Custeio	01	

Adicionalmente, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA assegura os seguintes benefícios, segundo os dispositivos regulamentares vigentes:

- Renda temporária;
- Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;
- Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- Pecúlio por morte e invalidez.

Segue abaixo as últimas informações atualizadas:

	31.12.2021	30.06.2021
Participantes ativos		
Quantidade	1.309	1.279
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	9.657	8.68
Participantes assistidos		
Quantidade	86	86
Idade média (anos)	72	72
Benefício médio (R\$)	1.743	1.622
Pensionistas		
Quantidade	47	39
Idade média (anos)	55	58
Benefício médio	2.091	1.269

Os cálculos atuariais foram desenvolvidos em estrita observância aos itens do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 R1 que tratam de benefícios pós-emprego e, mais especificamente, de planos de contribuição definida.

cerca de R\$ 33.678, e também pela redução do ajuste prudencial – Ativos Intangíveis em R\$ 1.208 milhões, por conseguinte, tivemos também o crescimento do montante da parcela RWA em 1,50%, em decorrência do aumento da parcela de exposição ao risco de crédito - RWA_{CPAD} em R\$ 69.075 e também da parcela de exposição ao risco operacional - RWA_{OPAD} em R\$ 64.432 milhões. Por fim, o índice de Basileia cresceu em 0,76%, impactado pela variação positiva do PR em proporção maior que a variação positiva do montante da parcela RWA.

ÍNDICE DE BASILEIA	31.03.2022	31.12.2021
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	1.552.189	1.517.301
Nível I	1.552.189	1.517.301
Capital Principal	1.552.189	1.517.301
Capital Social	1.473.122	1.473.122
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucro	165.576	165.576
Contas de Resultado Credoras	837.652	-
Contas de Resultado Devedoras*	803.974	-
Sobras de Lucro	-	-
Ajustes Prudenciais*	120.187	121.397
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA*	8.348.243	8.224.517
Exposição ao Risco de Crédito - RWACAP	7.535.470	7.466.395
Exposição ao Risco de Crédito - RWAMPAD	19.934	29.715
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas-RWA _{JUR1}	2.245	1.726
Exposição ao Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Moeda Estrangeira - RWA _{JUR3}	-	-
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWACAM	17.689	27.989
Exposição ao Risco de Variação do Preço de Ações - RWAACS	-	-
Exposição ao Risco Operacional - RWAOPAD	792.839	728.407
IRRBB	179.534	177.460
Valor de Margem Sobre PR	537.830	517.389
ÍNDICE DE BASILEIA BANPARÁ - IB	18,59%	18,45%

* Os saldos das Contas de Resultado Devedoras e Ajustes Prudenciais reduzem o valor de PR.
 ** Os componentes RWA_{JUR2}, RWA_{JUR3} e RWA_{ACOM} não são demonstrados no quadro, pois o Banco não possui tais exposições.
 *** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACP/Conservação

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no site: www.banpara.br, na rota: O BANPARA > Relações com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

18. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

18.1. Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é

Notas Explicativas

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das Avaliações Atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados. A base cadastral posicionada em 30 de novembro de 2021 observou o layout estabelecido, bem como foi submetida à análise de consistência e testes de suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes, sendo considerada adequadas para fins de Avaliação Atuarial.

Segundo o Plano Anual de Custeio, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, sendo que destas é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

As principais premissas atuarias utilizadas (médias anuais):

HIPÓTESES E PREMISSAS	
	31.12.2021
Posição dos Dados	31.12.2020
Elegibilidade	Nov-20
Regime Financeiro	Primeira Idade
Método de Financiamento	Capitalização
Composição Familiar	Crédito Unitário Projetado - PUC
Ativos	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)
Aposentados	Cadastro Individual
Crescimento Real de Salários	2,24%
Taxa de Rotatividade	MERCER PREV-RENDA (Taxa média de 2,74% a.a.)
Taxa Real Anual de Juros	5,24%
Taxa de Inflação Projetada*	4,96%
Taxa Anual de Juros	10,46%
Expectativa de Retorno dos Ativos financeiros	10,46%
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 M&F
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 M&F Geracional AA
Índice de Atualização	INPC
*Representa a inflação projetada conforme informado pela Patrocinadora	
Principais Premissas Atuariais	
Crescimento Real de Salários	2,24%
Taxa Real Anual de Juros	5,24%
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 M&F Geracional AA

18.2. Reconhecimento do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme demonstrado a seguir:

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, sendo que, destas, é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é deficitário e não possui Fundo Previdencial de Revisão de Plano, possuindo, no entanto, um Fundo Previdencial classificado como Outros Definidos em Nota Técnica, que tem finalidade de abater contribuições deste.

Conclui-se que não existem benefícios econômicos que possam ser reconhecidos. Adicionalmente, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA não registra valores em Exigível Contingencial, referente a demandas judiciais de participantes contra o ICATU-FMP, não existindo, portanto, risco legal a ser contabilizado referente ao seu patrocínio.

Outrossim, não foram registradas provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito dos investimentos no período analisado, não havendo risco de crédito referente à contabilização dos ativos financeiros do Plano.

Notas Explicativas

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta. O Banco somente custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta Instituição Financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

A) - Conciliação dos Ativos do Plano		31.03.2022	31.12.2021
Valor do Ativo Justo no início do período		2.149.678	2.149.678
Receita de Juros dos Ativos		255.476	255.476
Contribuições do Patrocinador		263.051	263.051
Contribuições do Empregado		-	-
Benefícios Pagos		-	-
Efeitos da mudança da taxa de câmbio		-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (Alt. Regulamentar)		-	-
Ganhos/(Perdas) sobre o Ativo Justo		21.281	21.281
Valor do Ativo Justo no final do período		2.689.486	2.689.486
B) - Conciliação do Valor Presente da Obrigação de Benefício Definido		31.03.2022	31.12.2020
Valor da Obrigação Atuarial no início do período		(658.036)	(658.036)
Custo de Juros Líquido		(81.599)	(81.599)
Custo do Serviço Corrente Líquido		-	-
Custo do Serviço Passado		-	-
Benefícios Pagos		-	-
Contribuições Patrocinador		-	-
Contribuições Assistidos		-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (Alt. Regulamentar)		-	-
Ganhos/(Perdas) sobre a Obrigação Atuarial		59.444	59.444
- Ganhos/(Perdas) decorrentes da Experiência		(3.352)	(3.352)
- Ganhos/(Perdas) decorrentes de mudança biométrica		-	-
- Ganhos/(Perdas) decorrentes de mudança financeira		62.796	62.796
Valor da Obrigação Atuarial no final do período		(680.191)	(680.191)

Com efeito, o Plano auferiu nível de solvência econômica e atuarial no montante de R\$ 2.009, equivalente a 295,40% do Valor da Obrigação Atuarial do Plano.

Assim sendo, não há, portanto, passivo a ser reconhecido ou aportes adicionais a serem vertidos, à luz da CPC 33 (R1), para o 31 de março de 2022.

18.3. Plano de saúde

O Banco oferece Plano de Saúde a seus funcionários ativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

Notas Explicativas

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.03.2022	31.12.2021
Estado do Pará	6.879.911	4.872.022
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº 10 c)	984.908	1.185.369
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	5.895.003	3.686.653

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e Participações dos Administradores	31.03.2022	31.03.2021
Remuneração	578	571
Diretoria	352	416
Conselho de Administração	226	155
Participação nos Lucros e resultados	62	78
Administradores	62	78

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Em 31 de março de 2022 o Banco possui o valor de R\$ 5.651 (R\$ 5.750 em 31 de dezembro de 2021) em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação Acionária:

Em 31 de março de 2022, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 193 ações.

20. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentados pessoais coletivo, cuja cobertura em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 251.588.

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVO E PASSIVO FISCAL

DIFERIDO

Demonstração do cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social

DESCRÇÃO	31.03.2022	31.03.2021
	IRPJ	CSLL
IRPJ	82.256	101.424
CSLL	68.018	-
Resultado antes da tributação e participações	52.436	-
Juros s/ Capital Próprio e Participações	-	-
Base de Cálculo	52.436	68.018
Adições (Exclusões)	43.877	28.295
Base de Cálculo	96.313	33.290
Base de Cálculo	96.313	134.792
Alíquota Normal (15% e 20%)	14.447	20.219
Adicional do Imposto de Renda (10%)	9.625	13.473
Total do IR e CSLL pelas alíquotas vigentes	24.072	19.263
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(578)	-
Incentivos Fiscais	-	(809)
Prorrogação da Licença Maternidade	(137)	(207)
Total do IR e CSLL	23.357	19.263
		26.943

A Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa nº 1.942, de 27 de abril de 2020 ("IN 1942"), que alterou o artigo 30 da Instrução Normativa nº 1.700/2017, para regulamentar a cobrança da alíquota de 20% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aplicável a bancos de qualquer espécie e agências de fomento, a partir de 1º de março de 2020, por força da Emenda Constitucional nº 103/2019 de 12/11/2019. Para o período de 07/2021 a 12/2021, foi majorada a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, passando de 20% para 25% até 31/12/2021 conforme a Lei nº 14.183/2021, retornando à alíquota de 20% a partir de 01/01/2022.

a. Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativados

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 167.358, relativo às diferenças temporárias de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisão para Outros Créditos e Provisões Judiciais Trabalhistas, ativadas em 2011 a

Notas Explicativas

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabeleçam a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisão para Outros Créditos e Contingências Judiciais:

Projeção de realização	2022	2023	2024	2025	2026	2026 a 2031	Total
Crédito Tributário de I.R	7.789	9.159	8.444	9.024	9.209	49.351	92.976
Crédito Tributário de C. Social	6.232	7.327	6.755	7.219	7.368	39.481	74.382
Total dos créditos	14.021	16.486	15.199	16.243	16.577	88.832	167.358
Taxa média de captação a.a. (%)	26,24	39,57	52,56	64,95	78,09	54,81	
Valor presente do crédito tributário	11.107	11.812	9.963	9.847	9.308	57.381	

b. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 31 de março de 2022 totalizavam R\$ 4.342 (R\$ 9.461 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de março de 2022, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.03.2022				Ativo Fiscal Diferido	
	31.12.2021	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	Saldo
Provisão para Riscos Fiscais	7.661	-	187	-	7.848	3.532
Provisão para Outros Valores e Bens	1.800	-	-	-	1.800	810
Total das Adições Temporárias	9.461	-	187	-	9.648	4.342

c. Passivos fiscais diferidos

Até 31 de março de 2022 o Banco registrou passivo fiscal tributário diferido no montante de R\$ 141 relativos a ajustes positivos de Marcação a Mercado de Títulos e Valores Mobiliários, decorrentes de oscilações de taxas de mercado em função das incertezas geradas pela guerra na Ucrânia.

Obrigações Tributárias	31.12.2021		31.03.2022	
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - IRPJ	-	-	78	-
Diferença Temporária - CSLL	-	-	63	-
Total	-	-	141	-

2021 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL até 2021.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.842/2020 e Instrução CVM nº 371/2002. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o exercício findo em 31 de março de 2022:

Créditos Tributários	31.12.2021		31.03.2022	
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - IRPJ	88.268	12.993	(8.315)	92.946
Diferença Temporária - CSLL	70.669	10.395	(6.651)	74.413
Total	158.937	23.388	(14.966)	167.359

Em 31 de março de 2022, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 23.388 (R\$ 158.937 em 31 de dezembro de 2021) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisão para Outros Créditos e Contingências Judiciais, de acordo com estudo técnico do Crédito Tributário de 31 de março de 2022.

Créditos Tributários	31.12.2021		31.03.2022	
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	123.639	19.594	(11.096)	132.137
Diferença Temporária - Trabalhistas	15.292	1.261	(1.677)	14.876
Diferença Temporária - Prov. Outros Créditos.	3.131	1.043	-	4.174
Diferença Temporária - Prov. Licença Prêmio	7.357	914	(748)	7.523
Diferença Temporária - Prov. Cíveis	8.322	576	(249)	8.649
Diferença Temporária - Marcação a Mercado	1.196	-	(1.196)	-
Total	158.937	23.388	(14.966)	167.359

Notas Explicativas

22.3. Receitas de prestação de serviços

Receita de Prestação de Serviços	31.03.2022	31.03.2021
Rendas por serviços de pagamento	2.175	1.604
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	819	714
Rendas de cobrança	264	195
Rendas de pacotes de serviços - PF	20.242	18.071
Rendas de serviços diferenciados - PF	336	265
Rendas de serviços especiais - PF	425	482
Rendas de convênios	678	697
Rendas de comissão de seguros e outros	3.416	2.655
Rendas de outros serviços	710	495
Total	29.065	25.178

22.4. Rendas de tarifas bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	31.03.2022	31.03.2021
Fornecimento de 2ª via de cartão	37	59
Saque de conta depósito à vista e poupança	753	930
Transferência por meio de DOC/TED	910	1.048
Concessão de adiantamento e depositante	106	55
Anuidade cartão de crédito	3.358	1.351
Pacote de serviço	2.543	2.121
Fornecimento de folha de cheque	66	63
Operações de crédito	87	61
Manutenção de conta ativa	210	178
Convênios	1.917	1.711
Outras Rendas	328	295
Total	10.315	7.872

22.5. Despesa de pessoal

Despesas de Pessoal	31.03.2022	31.03.2021
Honorários	(636)	(610)
Encargos Sociais	(26.234)	(23.154)
Benefícios	(20.263)	(17.992)
Proventos	(75.512)	(66.387)
Remuneração de Estagiários	(531)	(453)
Treinamento	(319)	(413)
Total	(123.495)	(109.009)

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

22.1. Outras receitas/despesas operacionais

Outras receitas operacionais	31.03.2022	31.03.2021
Recuperação de encargos e despesas	171	137
Reversão da provisão de outros créditos em liquidação	236	1.812
Reversão da provisão férias, 13º salário e Lic. Prêmio	3.984	2.931
Reversão de provisões passivas	4.279	895
Atualização de valores ativos	1.952	8
Atualização de depósitos judiciais	1.899	794
Varição cambial e diferença de taxas	10.694	1.515
Outros	173	243
Total	23.388	8.335

Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais	31.03.2022	31.03.2021
Serviços associados a transações de pagamento	(705)	(664)
Desc. Concedidos em renegociações	(286)	(64)
Varição cambial e diferença de taxas	(2.224)	(795)
Estorno de rendas	(30)	(63)
Provisões passivas	(4.267)	(2.686)
Provisão de outros créditos em liquidação	(970)	(1.548)
Ações civis	(626)	(244)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	(103)	(335)
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	(1.033)	-
Outros	(308)	(268)
Total	(10.552)	(6.667)

22.2. Outras receitas e despesas

Outras receitas e despesas	31.03.2022	31.03.2021
Insustentabilidades passivas	34	24
Superveniências ativas	662	812
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	26	30
Outras Receitas	98	71
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(919)	(1.565)
Encargos sobre reapresentação de Boletos	(262)	(2)
Outras Despesas	(23)	(15)
Total	(384)	(645)

Notas Explicativas

Operação - CDI	Base 31.03.2022	Cenário Provável (6,44%)	Cenário Possível - Estresse 25% (8,05%)	Cenário Remoto - Estresse 50% (9,66%)
Titulos e Valores mobiliários	1.236.158	(79.609)	(99.511)	(119.413)
Operação - IPCA	Base 31.03.2022	Cenário Provável (11,30%)	Cenário Possível - Estresse 25% (14,13%)	Cenário Remoto - Estresse 50% (16,95%)
Provisão para Contingências	60.228	(6.806)	(8.510)	(10.209)

Para provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a análise de sensibilidade busca medir o efeito do aumento da provisão para fazer face as perdas em função do incremento percentual de 150% dos ativos problemáticos. No incremento, a despesa de provisão estimada é de R\$ 61.542 e o resultado do banco sofrerá impactos decorrentes desse aumento, conforme demonstrativo a seguir.

Cenário Atual	Saldo	Ativo Problemático	Provisão sobre Ativo Problemático
AA	4.286.133	-	-
A	3.865.905	-	-
B	149.695	-	-
C	117.759	-	-
D	97.956	-	-
E	23.034	8.113	2.434
F	26.124	8.025	4.012
G	23.732	17.878	12.515
H	143.656	104.124	104.124
Total	8.733.994	138.140	123.085

Aumento 150% Ativo Problemático	207.212
--	----------------

Cenário Estresse	Ativo Problemático	Provisão sobre Ativo Problemático	Complemento De Provisão
E	12.170	3.651	1.217
F	12.038	6.019	2.006
G	26.818	18.772	6.257
H	156.186	156.186	52.062
Total Ativo Problemático	207.212	184.628	61.542

22.6. Outras despesas administrativas

Outras Despesas Administrativas	31.03.2022	31.03.2021
Água e Energia	(3.743)	(2.861)
Aluguéis	(8.498)	(7.819)
Comunicações	(7.908)	(11.454)
Contribuições Filantrópicas	(123)	(110)
Manutenção e Conservação de Bens	(5.721)	(5.393)
Material	(725)	(1.180)
Processamento de Dados	(31.154)	(26.014)
Promoções e Relações Públicas	(3.273)	(153)
Propaganda e Publicidade	(1.582)	(7.003)
Publicação	(17)	(18)
Seguro	(120)	(156)
Serviços do Sistema Financeiro	(9.338)	(8.826)
Serviços de Terceiros	(3.625)	(3.436)
Serviços de Vigilância	(16.942)	(13.759)
Serviços Técnicos Especializados	(1.493)	(624)
Transportes	(9.152)	(6.510)
Viagens	(56)	(33)
Multas Aplicadas	-	(4)
Outras Despesas Administrativas	(1.743)	(1.916)
Amortização	(7.747)	(8.104)
Depreciação	(3.268)	(3.038)
Total	(116.228)	(108.411)

22.7. Despesas tributárias

Despesas Tributárias	31.03.2022	31.03.2021
Outras Despesas Tributárias	(870)	(868)
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISS	(1.969)	(1.652)
Contribuição ao COFINS	(14.832)	(15.442)
Contribuição ao PIS/PASEP	(2.410)	(2.509)
Total	(20.081)	(20.471)

23. DEMONSTRATIVO DE ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado de 6,44% e o IPCA de 11,30% acumulado ao ano. Seguem abaixo os efeitos esperados:

Parecer e Declarações



24. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco do Estado do Pará, em 31 de março de 2022 e 2021, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Medida Provisória nº 1.115 de 28 de abril de 2022, editada pelo poder executivo, aumenta em um ponto percentual a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras. Nesse cenário e de acordo com a referida Medida Provisória, o Banpará sofrerá alteração na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) conforme demonstrado abaixo:

Alíquota	Adicional de alíquota de 1%	Alíquota futura
Até julho/22	Período – agosto a dez/22	A partir de 2023
20%	21%	20%

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Brasil, em decorrência da alta da taxa SELIC, vem recebendo aportes dos grandes investidores internacionais, aportes que foram intensificados pela guerra entre Rússia e Ucrânia. Nesse contexto o Banpará vem se beneficiando com os impactos positivos da marcação a mercado de seus títulos públicos advindos desse cenário, tendo reflexos inclusive tributário. O atual cenário tende a continuar em decorrência do conflito citado e também pela sinalização do Comitê de Política Monetária quanto à disposição de continuar subindo a taxa de juros para trazer a inflação de volta ao regime de metas.



Notas Explicativas

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao período findo em 31 de março de 2022 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 06 de maio de 2022.

Diretoria Colegiada

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 31 de março de 2022 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém (PA), 06 de maio de 2022.

Diretoria Colegiada



OPINIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê não teve conhecimento de ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de norma, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por suas relevâncias, não garantissem a fidedignidade de suas Demonstrações Financeiras Intermediárias, bem como não se verificou fato ou evidências relevantes que pudessem comprometer a efetividade ou a independência das Auditorias Interna e Independente.

Somando-se fatos importantes, tais como: as reuniões periódicas com a Diretoria, Contabilidade, Controles Internos e *Compliance*, Auditoria Interna, com a Auditoria Independente e demais áreas do Banpará, possibilitam ao Comitê de Auditoria Estatutário concluir que as Demonstrações Financeiras Intermediárias estão livres de distorções relevantes e encontra-se adequadas.

Nesse sentido, com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, diante do que foi exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras Intermediárias de 31 de março de 2022 do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém (PA), 09 de maio de 2022.

Comitê de Auditoria Estatutário

69

Notas Explicativas

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo n.º 163 da Lei n.º 6.404/76, tendo examinado as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 31 de março de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração e da opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição no período. Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), 12 de maio de 2022.

Conselho Fiscal

70

Notas Explicativas

Conselho de Administração	Diretoria Colegiada	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário
Aláudio de Oliveira Mello Júnior Presidente	Ruth Pimentel Mello Diretora-Presidente	Raimundo Benedito Pinheiro Presidente	Tereza Delta dos Santos Serrão de Castro Coordenadora
Adilson Freitas Dias Membro	Bruno Bitar Morhy Diretor	José Maria Tavares Teixeira Membro	Antônio Edson Maciel dos Santos Membro
Brian Bechara Ferreira da Silva Membro	Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo Diretora	Oscarina de Souza Rodrigues Membro	Sérgio Roberto Ribeiro Maciel Membro
Roberto Meira de Almeida Barreto Membro	Jorge Wilson Campos e Silva Antunes Diretor		
Ruth Pimentel Mello Membro	João Bernardo Pereira Lima Diretor		
Tereza Delta dos Santos Serrão Membro	Paulo Roberto Arévalo Barros Filho Diretor		

Silas Dias Vasconcelos Rodrigues
Contador CRC (PA) nº 15.602/O-3

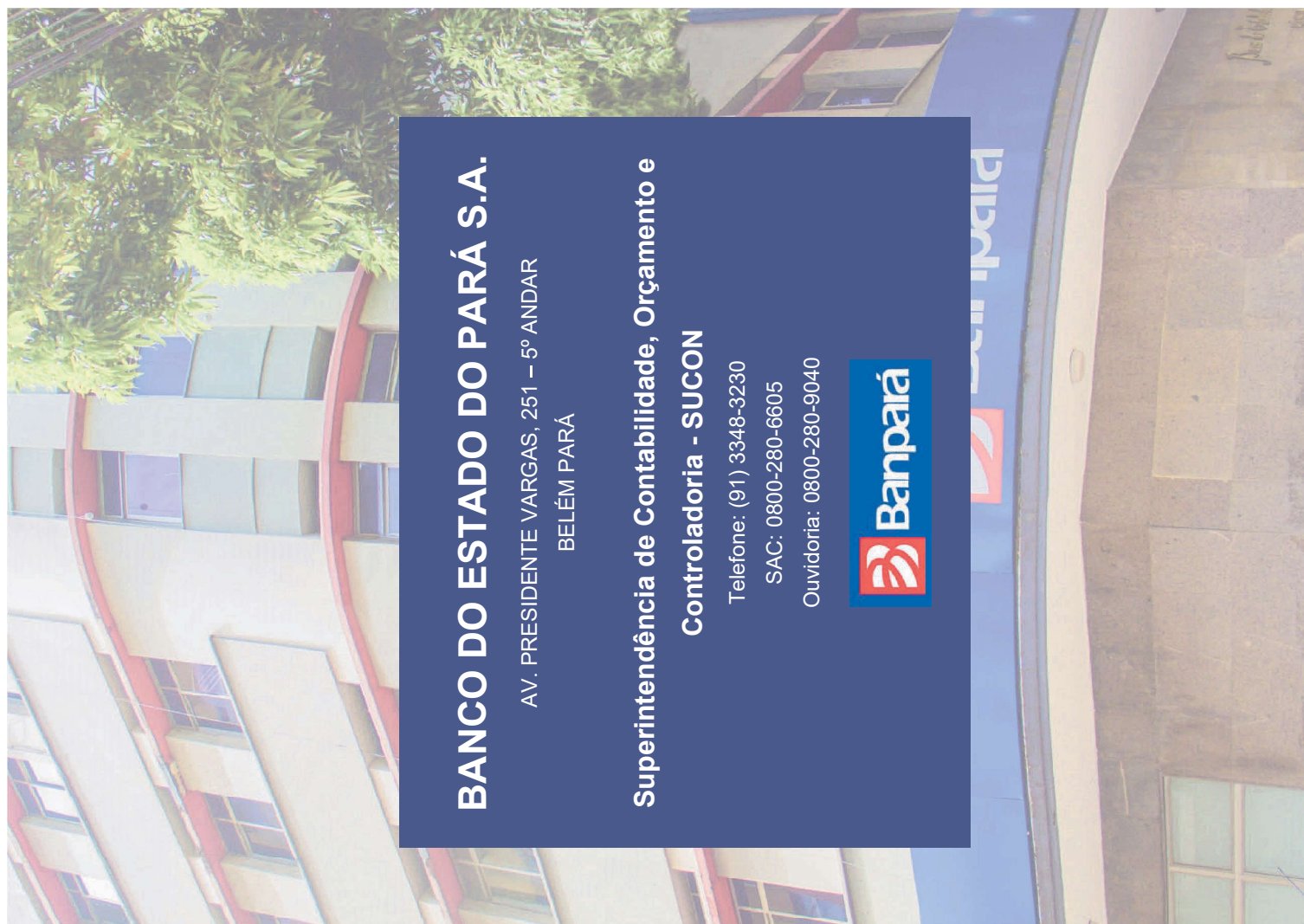
DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S.A., no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V do art. 142 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 31 de março de 2022, acompanhadas do relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, KPMG – Auditores Independentes, da opinião do Comitê de Auditoria Estatutário e do Parecer do Conselho Fiscal e, com base na análise efetuada, aprovou, por unanimidade, os documentos, por refletirem adequadamente a situação econômico financeiro da Instituição.

Belém (PA), 13 de maio de 2022.

Conselho de Administração

Notas Explicativas



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506 Ed. Evolution - Bairro Umarizal

66055-200 - Belém/PA - Brasil

Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil Telefone +55 (91) 3321-0150

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administração do

Banco do Estado do Pará S.A.

Belém – PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros Assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 06 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes CRC PA-000742/F

Anderson Luiz de Menezes

Contador CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo n.º 163 da Lei n.º 6.404/76, tendo examinado as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 31 de março de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração e da opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição no período. Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), 12 de maio de 2022.

RAIMUNDO BENEDITO PINHEIRO
Presidente

OSCARINA DE SOUZA RODRIGUES
Membro

JOSÉ MARIA TAVARES TEIXEIRA
Membro

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**OPINIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

O Comitê não teve conhecimento de ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de norma, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por suas relevâncias, não garantissem a fidedignidade de suas Demonstrações Financeiras Intermediárias, bem como não se verificou fato ou evidências relevantes que pudessem comprometer a efetividade ou a independência das Auditorias Interna e Independente.

Somando-se fatos importantes, tais como: as reuniões periódicas com a Diretoria, Contabilidade, Controles Internos e Compliance, Auditoria Interna, com a Auditoria Independente e demais áreas do Banpará, possibilitam ao Comitê de Auditoria Estatutário concluir que as Demonstrações Financeiras Intermediárias estão livres de distorções relevantes e encontra-se adequadas.

Nesse sentido, com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, diante do que foi exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras Intermediárias de 31 de março de 2022 do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém (PA), 09 de maio de 2022.

TEREZA DELTA DOS SANTOS SERRÃO DE CASTRO

Coordenadora do Comitê de Auditoria e membro do Conselho de Administração

ANTÔNIO EDSON MACIEL DOS SANTOS

Membro do Comitê de Auditoria

SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO MACIEL

Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 31 de março de 2022 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém (PA), 06 de maio de 2022.

Ruth Pimentel Mello
Diretora Presidente

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor

Joao Bernardo Pereira Lima
Diretor

Bruno Bitar Morhy
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao período findo em 31 de março de 2022 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 06 de maio de 2022.

Ruth Pimentel Mello
Diretora Presidente

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor

Joao Bernardo Pereira Lima
Diretor

Bruno Bitar Morhy
Diretor